

Fundações

A caminho da privatização da Universidade Pública

O Conselho Geral da UM prepara-se para aprovar a passagem desta instituição a Fundação de direito privado. Sublinha-se a duvidosa democraticidade do processo, pois, apesar de ter havido debates na academia, esta medida não fazia parte do programa das listas concorrentes ao Conselho Geral, órgão que agora arquivou o pedido de realização de um referendo à comunidade académica, subscrito por cerca de 200 docentes, e ignorou a realização autónoma de referendos em 4 escolas, dos quais resultou um rotundo não à fundação. O SPN, além de ter apoiado o referendo, alertou para as consequências da passagem da UM a fundação, como: a constituição de um Conselho de Curadores composto por personalidades externas e que terá competência para homologar muitas das mais relevantes deliberações do Conselho Geral; a possibilidade de os docentes e investigadores serem futuramente contratados pelo regime privado; a falta de transparência nos contratos plurianuais de financiamento com o governo; a obrigatoriedade de 50%



de receitas próprias; ou seja, o perigo de privatização, perda de autonomia e de liberdade académica... Também a FENPROF, em Conferência de Imprensa, deixou bem clara a questão de fundo: Se o Estado garantisse às instituições as verbas necessárias ao prosseguimento da sua missão, esta questão fundacional não se colocaria. Assim, são obrigadas a procurar outras fontes de financiamento, não público, tornando-as dependentes do mercado. Este processo de privatização das universidades aumentará a desigualdade de acesso e entregará ao mercado a missão pública do ensino superior, nomeadamente na definição das suas prioridades. ●

Vitória na secretaria

O governo perdeu no terreno do jogo democrático quando viu, por ampla maioria, ser suspensa a avaliação de desempenho. Perdeu por 5-1, ou seja foi verdadeiramente goleado. No entanto, o relatório do árbitro, agente que deveria ser isento, estendeu-lhe a mão e, já na secretaria, as coisas deram uma cambalhota. Isabel Alçada considerou uma vitória esta reviravolta na secretaria... Ficar gravado, na memória dos professores, o mandato de uma ministra cujas vitórias foram construídas de derrotas para a Educação. ●



O protesto sai à rua em 19 de Maio

A CGTP-IN convocou, para 19 de Maio, uma grande jornada de luta de contestação à imposição de medidas que, representantes do capital financeiro internacional e do neoliberalismo europeu, querem impor aos trabalhadores. As medidas que UE-BCE-FMI constituem um verdadeiro programa de governo imposto por quem não se submeterá ao sufrágio democrático dos portugueses. Além disso, sabe-se pelos exemplos grego e irlandês, agravarão a situação do país e os ganhos serão apenas para os que se prestaram a "ajudar-nos". São difíceis, é verdade, mas os tempos não são de medos e silêncios. A CGTP, mais uma vez, dá voz ao protesto e à exigência. Marquemos presença! ●



04 Em foco

Empréstimo da Troika a Portugal: Quando os lobos uivam

António Nabarrete

05

Há alternativas

07

O tempo não é de silêncios

Mário Nogueira

08

Não ao "acordo" da recessão, do desemprego, das injustiças e das desigualdades

JPO

09/24



Partidos com representação parlamentar respondem a inquérito organizado pela FENPROF

26 Nacional

Contra a recessão, outro rumo é possível

27 Ensino Português no Estrangeiro

Em perspectiva, redução drástica na rede horária

28 10º Congresso do SPM

Profundamente ligado aos professores e às escolas NS e JPO

29 Avaliação

Adiamento da resolução do problema prejudica as escolas

29 Culturais

FITEI em destaque

Aos portugueses resta, pois, o protesto e a luta. O silêncio, num tempo destes, seria a capitulação perante esta reprovável e inaceitável ingerência externa, mas também perante políticas nacionais que têm afundado o país.



O tempo é de protesto e luta!

Ninguém pode ficar indiferente face às medidas que UE-BCE-FMI pretendem impor ao país com o acordo do governo PS, bem como do PSD e do CDS. Pelo que já sabemos, até pelas experiências grega e irlandesa, são medidas que não resolverão os problemas de Portugal, pelo contrário, irão agravá-los.

O Primeiro-Ministro demissionário, consciente da violência de tais medidas, mas por pretender subscrevê-las, disse ao país o que elas não seriam, mas nem assim conseguiu que não se percebesse o alcance.

Assim, a Educação que, já este ano, sofreu um corte de 800 milhões de euros em sede de Orçamento de Estado, levará mais 400 milhões de corte em dois anos o que totaliza mil milhões de euros em redução... uma brutalidade!

Os professores, como os demais trabalhadores da Administração Pública, continuarão com as carreiras congeladas até 2014 e o seu salário será reduzido por força de uma inflação que, em 3 anos, o desvalorizará em 8% e de um aumento de impostos que roubará uma fatia grande ao montante realmente recebido, por norma sempre mais do que o valor do 13.º mês e, em alguns casos, dos 13.º e 14.º meses, subsídios que Sócrates disse que se manteriam intocáveis.

Sendo verdade que a Escola Pública e os professores serão altamente penalizados com estas medidas, a verdade é que todo o país vai sofrer, milhares de portugueses cairão na situação de pobreza efectiva, a vida vai atingir níveis baixíssimos que, para muitos, ainda serão inimagináveis. Porém, as três entidades que, interessadamente, vêm ajudar Portugal não se ficam pela agiotagem. A União Europeia quer mais e, por essa razão, já fez saber que lhe interessa chegar ao âmago da questão, ou seja, mexer em alguns pilares em que se sustenta a nossa democracia e a Constituição da República consagrou. A ampla maioria que Cavaco e outros pedem destina-se a isso.

Aos portugueses resta, pois, o protesto e a luta. O silêncio, num

tempo destes, seria a capitulação perante esta reprovável e inaceitável ingerência externa, mas também perante políticas nacionais que têm afundado o país.

As vitórias de Alçada

Isabel Alçada considerou vitória a não suspensão do actual modelo de avaliação dos professores. É natural, pois, na verdade, as vitórias da actual ministra fizeram-se sempre de derrotas para a Educação.

Ainda assim, é de assinalar, Alçada perdeu no terreno do jogo democrático, aquele que se disputa na Assembleia da República, para vencer na secretaria – um espaço que lhe é bastante mais favorável –, tendo necessitado da ajuda de quem deveria ser um árbitro isento, mas decidiu tomar partido.

Com esta vitória da ministra, manter-se-á um foco de instabilidade de que as escolas bem dispensavam. Os professores, neste curto terceiro período, em vez de se dedicarem ao essencial da sua actividade e aí centrarem o seu esforço – o trabalho com os alunos, no momento mais sensível do ano –, serão obrigados a tornar central algo que deveria ser absolutamente lateral, que é inútil, e que irá gerar conflitos que ocuparão tempos e disponibilidades fundamentais para o trabalho na escola com os alunos.

Foi de vitórias destas que a actual ministra, como a sua antecessora, impuseram os irracionais mega-agrupamentos, encerraram escolas cegamente, impuseram o actual modelo de gestão, agravaram os horários de trabalho dos docentes, degradaram as condições de trabalho nas escolas, alteraram profunda e negativamente as suas normas de organização e funcionamento, congelaram carreiras, reduziram salários...

São estas as razões específicas por que os docentes não podem ficar indiferentes ao que se passa no país e deverão ser activos, protestando e lutando. Fica a garantia: nessa luta contam com a FENPROF! ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)

Empréstimo da Troika a Portugal

Quando os lobos uivam

ANTÓNIO NABARRETE (Membro do SN da FENPROF)

É preciso que a Europa seja obrigada a compreender rapidamente, através da luta de todos os trabalhadores e da inversão das políticas nacionais de cada um dos seus estados membros, que emprestar dinheiro a juros agiotes, que servem para pagar outros empréstimos, só pode levar ao aniquilamento das economias mais frágeis e ao afundamento do espaço europeu enquanto tal. Esta luta transcende as fronteiras portuguesas, mas a nossa parte ninguém a pode fazer por nós.

A enorme recessão e a brutal desregulação das condições de trabalho

A não haver uma radical inversão do caminho que está a ser trilhado para acorrer às dificuldades financeiras portuguesas, na sequência das condições draconianas previstas no memorando de entendimento com o FMI e a União Europeia para um empréstimo a Portugal de 78 mil milhões de euros (tanto nas medidas de política económica como nas taxas de juro agiotes, em torno dos 5,7%, a 13 anos, por parte da União Europeia!), espera-nos a recessão, a miséria e a desregulação total das relações de trabalho.

Não é necessária qualquer varinha mágica para esta previsão! É olhar para o que aconteceu à Grécia, que está

a ser vendida ao desbarato, e mergulhou numa recessão que já lhe provocou uma quebra do PIB em 4,5%, um aumento brutal do desemprego (já ultrapassa os 16%!) e a ruína de parte importante da sua rede de pequenas e médias empresas.

O aumento do IRS (por via da redução das deduções e da sua extensão a todos os apoios sociais), do IVA (seja qual for o mecanismo utilizado), das taxas moderadoras, dos transportes, do gás e da electricidade, e as reduções de isenção e aumento do IMI são uma verdadeira ementa tóxica para os trabalhadores portugueses. A isto junta-se uma taxa de inflação crescente que poderá atingir os 4%.

Relativamente ao aumento dos custos na economia familiar o Jornal de Negócios revelava recentemente que em 2012 os custos para as famílias, designadamente com água, electricidade, transportes, entre outros, poderá aumentar 1680 euros anuais (140 euros mensais)...

Mas, o congelamento do salário mínimo, o congelamento salarial (para além dos cortes!) e das progressões, na Administração Pública, a redução das pensões acima dos 1.500 euros e o congelamento da larga maioria delas, a política de destruição da ADSE (com a redução da participação do estado em 50% nos próximos dois anos e dos restantes 50% até 2016!), a redução de serviços na Administração Pública Central, Regional e Local, as enormes limitações à admissão de pessoal na Função Pública

e a quebra brutal do investimento público são ataques directos ao coração do estado social.

Por outro lado, algumas destas medidas, conjugadas com a eliminação pura e simples de uma fatia significativa das câmaras e juntas de freguesia (na Grécia as câmaras tiveram uma redução de mais de 60%!), irão contribuir de forma muito significativa para o aumento do desemprego, que poderá atingir valores absolutamente catastróficos nos próximos três anos (perto dos 15%!). Aliás, é a própria Troika (FMI, União Europeia e Banco Central Europeu) que calcula que teremos este ano, e no próximo, uma recessão situada nos 2% do PIB. Cujos efeitos obviamente se acumulam!

Entretanto, o esvaziamento da contratação colectiva, a desvalorização do trabalho extraordinário, a imposição do banco de horas, o alargamento dos motivos para o despedimento individual, a redução das indemnizações por despedimento, a redução do subsídio de desemprego (em tempo e em valor) e a descida da taxa social única (que será sempre um verdadeiro corte salarial!) desregulam completamente as relações de trabalho, desprotegendo e empobrecendo os trabalhadores.

No plano da educação, a insistência nos mega-grupamentos, na revisão curricular, na alteração do modelo de gestão com a criação de uma carreira própria para os directores, provocarão um aumento brutal do desemprego entre os professores, uma degradação das suas condições de trabalho e uma resposta cada vez menos eficaz às necessidades de qualificação dos portugueses.

A palavra que nos cabe para um futuro que é nosso

A solução que temos de impor passa pela renegociação imediata da taxa de juro prevista para os 52 mil milhões de euros que a União nos vai emprestar (a 5,7%!), e numa reestruturação da nossa dívida em termos de prazo e de montantes das taxas de juro. Para isso, é preciso que a Europa seja obrigada a compreender rapidamente, através da luta de todos os trabalhadores e da inversão das políticas nacionais de cada um dos seus estados membros, que emprestar dinheiro a juros agiotes, que servem para pagar outros empréstimos, só pode levar ao aniquilamento das economias mais frágeis e ao afundamento do espaço europeu enquanto tal. Esta luta transcende as fronteiras portuguesas, mas a nossa parte ninguém a pode fazer por nós.

É preciso combater a iniquidade das medidas que nos querem impor. É importante denunciar as medidas neoliberais daqueles que originaram a crise, como o capital financeiro, as suas agências de "rating" e os políticos que as servem.

Marcámos 19 de Maio para apontar outros caminhos com uma presença forte na rua!

No dia 5 de Junho saberemos indicar outros rumos através de uma participação esmagadora nas urnas! ●



MOVIMENTO SINDICAL

Há alternativas

É preciso assegurar o financiamento do Estado. Tem de haver crescimento para combater os problemas estruturais.

É preciso evitar as rupturas sociais.

A equipa de "negociadores" da Comissão Europeia, do BCE e do FMI realizou uma série de audições sobre a situação portuguesa com vista à implementação do seu plano de austeridade, para o que a CGTP-IN deu o seu contributo, afirmando que, na sua opinião, independentemente da necessidade de financiamento do Estado, haveria e há alternativas que passam pelo desenvolvimento e não pela retracção económica do país.

É isso, que numa breve síntese apresentamos, pelo direito de todos à informação. Informação essa que é factor indissociável da capacidade de argumentação e da consciência que todos, colectivamente, e cada um, enquanto sujeito activo, temos de adquirir.

- É necessário assegurar o financiamento do Estado, tendo em conta a sua enorme sujeição aos mercados financeiros;
- A redução do défice deve ser feita num prazo mais alargado, pois admitir que é possível reduzir para 1/3 do valor actual do défice em três anos será calamitoso. Propõe-se que o prazo seja alargado para 2016;

- É preciso criar consciência que é o endividamento privado que está a fazer crescer o défice;

- É necessário quebrar com o clima de austeridade-recessão-austeridade para evitar o que aconteceu com a Grécia e, assim, aumentar a capacidade de produzir

e de consumo, motor fundamental do crescimento económico;

- Há que adoptar algumas soluções para efectivar a redução do défice:

I. crescimento económico;

II. aumento das receitas do Estado com mais justiça social (redução dos benefícios fiscais aos grandes grupos económicos e ao capital financeiro, maior taxação dos rendimentos mais elevados, sobre a riqueza, os produtos de luxo, lucros e mais valias, etc);

III. combate à evasão fiscal;

IV. redução/eliminação de despesas/desperdícios na administração pública, designadamente institutos, empresas municipais, saúde privada e fundações...;

- A taxa de juro tem de ser mais baixa (no que diz respeito à intervenção externa), menor ou igual à correspondente ao financiamento do FMI/BCE, opção que é possível num quadro de desenvolvimento da solidariedade interna à União Europeia. A não ser assim, em recessão, uma taxa de juro elevada agravará a situação económica e financeira do Estado;

A ser assim, é necessário:

- Definir e aplicar um programa nacional de apoio ao desenvolvimento do sector produtivo, o qual deve incidir nos sectores primário (agricultura, pescas,...), na indústria e nos serviços transaccionáveis. Este programa deve ter como objectivos o aumento das exportações e a substituição das →



importações, atacando assim o problema do défice externo. Devem ser encaradas medidas temporárias de protecção à produção nacional defendendo-a da concorrência externa com fundamento na situação excepcional do país;

- Assegurar o financiamento do investimento: as actividades produtivas devem ser financiadas, o que exige a reorientação do crédito, sobretudo do crédito ao consumo (mas também do crédito à habitação). Deve corrigir-se a orientação, dada, pela banca, ao crédito, virando-o para o investimento e não para o consumo;

- Proceder a verdadeiras reformas para evitar os obstáculos ao desenvolvimento do sector produtivo, designadamente afrontando interesses estabelecidos, incidindo a acção no combate à economia clandestina e à corrupção, no ataque ao desequilíbrio do poder entre as cadeias de distribuição, que dominam, e produtores, o qual está a afectar profundamente a agricultura e a conduzir ao aumento de importações; mas também na eliminação das derrapagens nas obras públicas; nos processos de licenciamento de actividades; no combate à evasão e fraude fiscal e contributiva; na reforma da justiça; na eliminação de desperdícios.

- Que as preocupações mais imediatas no momento actual sejam: travar a destruição de empregos; rever a legislação que está a provocar o enfraquecimento das redes de segurança social; alargar a cobertura das prestações de desemprego;

- Defender a necessidade de contratos de serviços públicos com as empresas de transportes colectivos, com deveres e direitos claros de ambas as partes;

- Defender a revisão das parcerias pú-

blico-privadas, com o objectivo de instituir uma verdadeira partilha de riscos, acabando, nomeadamente, no sector rodoviário com a chamada taxa de disponibilidade em que o Estado garante uma receita mínima mesmo que o tráfego seja insuficiente.

Este conjunto de medidas tem de ser acompanhado de uma alteração clara da forma de governar o país

- Defendendo os sectores produtivos e criando condições para o apoio à produção nacional;

- Promovendo uma intervenção forte do Estado na banca e seguros, energia, telecomunicações e transportes;

- Reforçando a intervenção do Estado em sectores estratégicos como o Serviço Nacional de Saúde, a Educação Pública, a Segurança Social e o desenvolvimento e o apoio à investigação científica e à capacidade criadora das instituições científicas do Estado;

- Apoiando o desenvolvimento regional e a iniciativa das comunidades

- Combatendo a corrupção, a crime económico, a utilização indevida de dinheiros públicos...

Mas estas medidas não bastam. É preciso fazer diferente!

O que o Governo português fez, secundado pelo PSD e o CDS, foi colocar-se de cócoras perante a chantagem e os interesses do grande capital financeiro internacional, já que as medidas que foram aprovadas e que constam do memorando não foram mais do que as que eram trazidas na carteira pelos emissários do FMI, do BCE e da UE.

Dos 78 mil milhões de euros emprestados, mais de 50% são exclusivamente do

“

Que as preocupações mais imediatas no momento actual sejam: travar a destruição de empregos; rever a legislação que está a provocar o enfraquecimento das redes de segurança social; alargar a cobertura das prestações de desemprego.

interesse da Banca: 12 mil milhões para aumento do capital dos bancos e 35 mil milhões em garantias aos empréstimos (avales) que a banca vai ter de realizar. Ou seja 70% do empréstimo não servirá para financiar o Estado.

Assim, PS/PSD/CDS aceitaram e apoiaram o ainda maior endividamento do Estado para satisfazer as necessidades financeiras da Banca.

Sabendo-se como é artificial o crescimento da dívida e as dificuldades do país em pagá-la, por força da pressão estrangeira com altos juros dos empréstimos até agora realizados, o FMI e o BCE injectaram dinheiro para pagar as dívidas, apenas.

As necessidades de investimento para fazer crescer a economia ficam apenas reservadas para as campanhas eleitorais desses partidos que continuará a fazer o discurso do irremediável e do inevitável.

Em 3 anos Portugal pagará o equivalente a mais de 60% do PIB DE 2010.

Esta medida é gravíssima, pois traz consigo um plano de ataque aos direitos laborais e à economia nacional sem precedentes:

- Mais agravamento da exploração;
- Agravamento do ataque aos rendimentos de quem trabalha e aos reformados e aposentados;
- Desmantelamento do Estado Social;
- Mais privatizações em sectores chave do país;
- Mais e maiores apoios à banca e grupos económicos.

A saída passa pela renegociação da dívida

- É possível pagar menos do que o que nos está a ser imposto de forma especulativa
- É possível pagar em mais anos, desagravando os efeitos do pagamento da dívida na vida dos cidadãos

É possível... mas PS/PSD/CDS não querem!

O que está aqui então posto em causa? Outros interesses alheios à política séria e transparente? ●



O tempo não é de silêncios

MÁRIO NOGUEIRA (Secretário Geral da FENPROF)

Continuaremos a exigir que o Estado cumpra a sua função social, pois pugnamos por uma sociedade mais solidária.

Não é verdade que menos Estado signifique melhor Estado e, aliás, é curioso verificar que são aqueles que mais violentamente combatem o Estado que, permanentemente, mais dele exigem. O que se passa, no nosso país, com os colégios privados é disso bom exemplo. Criticam o Estado por financiar escolas públicas, mas exigem que seja este a financiar, de forma bondosa, as escolas privadas. Ou seja, o Estado, com o nosso dinheiro, deveria deixar de garantir os direitos de todos para satisfazer os interesses de apenas alguns. Não aceitaremos esse caminho e estaremos contra os que, à custa de uma alegada liberdade de escolha, mais não querem do que destruir a Escola Pública transformando-a, não na resposta para todos, mas numa alternativa de segunda categoria para os pobrezinhos, para os que têm dificuldades de aprendizagem e não contribuem para as estatísticas do sucesso ou para as regiões desertificadas onde não tem interesse investir no mercado da Educação.

Chegados que estamos ao final desta curta legislatura, o balanço possível não se pode limitar apenas a estes dois anos, mas aos seis de governação Sócrates... o

conjunto é extremamente negativo, tanto no plano económico, como social ou laboral... e também na Educação.

Sublinhe-se, por norma com o aval, explícito ou não, dos partidos a sua direita.

Nós, professores, chegámos aqui com as carreiras congeladas, os salários reduzidos, a estabilidade perdida numa elevada taxa de precariedade, os horários de trabalho a desrespeitarem, em absoluto, as mais elementares normas da actividade pedagógica... As escolas perderam financiamento, perderam horas para se organizarem e para desenvolverem os seus projectos próprios, perderam autonomia com a gestão imposta, a conflitualidade entre pares e no seio da comunidade educativa não se atenuou, a escola não está mais inclusiva, antes excluiu milhares de alunos com necessidades educativas especiais a quem foram retirados os apoios no âmbito da Educação Especial, as famílias, confrontadas com uma crise que as empobrece, vêem-se sem meios para suportarem os custos acrescidos da educação dos seus filhos e, apesar disso, foram reduzidos os apoios sociais.

Como se não bastasse, ao contrário dos países em que o sucesso é, de facto, a imagem que marca, por cá, constroem-se mega unidades orgânicas, que o FMI manda prosseguir, onde a relação se torna mais pessoal e a organização menos pedagógica ao mesmo tempo que se encerram todas as escolas com menos de 21 alunos. Comparações, apenas duas: na Finlândia só 2% das escolas têm mais de 600 alunos; ao nosso lado, na vizinha →

duas palavras

Não há alternativa!

Realmente, não há alternativa! Aproximam-se as eleições legislativas e os portugueses vão pronunciar-se sobre a eleição de deputados que vão ditar a composição da Assembleia da República e do futuro Governo.

Nos últimos anos, as alternativas que os sucessivos Governos escolheram para responder às “crises” e para responder às pressões e aos desafios que se impunham à escola pública, têm levado a um caminho: a precariedade da profissão docente, o congelamento de carreiras, redução de salários, cortes nas aposentações, roubos no tempo de serviço, um modelo de avaliação desqualificado, horários de trabalho impossíveis de cumprir e pedagogicamente absurdos, milhares de alunos com n.e.e. sem apoios, etc, etc...

Agora, para que o FMI, o BCE e a EU imponham as suas decisões, o PS, o PSD e o CDS estão dispostos a: Mais encerramentos e concentração de Escolas, Hospitais, Centros de Saúde, Finanças, Municípios, Freguesias, etc. com forte redução de trabalhadores e serviços a prestar às populações: diminuição real de salários, reformas e pensões; redução de deduções fiscais em sede de IRS; facilitação dos despedimentos; Tudo isto em nome de uma “ajuda” ao País que no mínimo é discutível. Uma ajuda que, como se sabe, não vai contribuir para tirar o país desta crise, que não vai resolver o problema do défice e da dívida pública. Uma “ajuda” que apenas vai beneficiar uma minoria, como se não houvesse mais nenhuma alternativa.

Na minha aldeia, os mais vívidos costumam dizer: “Não houve nenhuma fogueira, não queimaram as notas, se falta dinheiro é porque ele está mal distribuído, deve existir um *moitão* dele nalgum sítio, pois falta noutra”.

Definitivamente, não há alternativa: o futuro da Escola Pública e do País passa por uma alternativa às políticas de direita! ●

MANUEL NOBRE
spzs.nobre@gmail.com



Extremadura espanhola, as escolas encerram quando baixam dos 5 alunos e reabrem aos 7. São diferenças que explicam muito quando se procuram outras comparações...

Como explicar, então, que os governantes falem de resultados que, asseguram, reflectem menos abandono e mais sucesso e isso não nos satisfaça? É que todos sabemos como se obtêm... muito à custa de manipulação e de medidas que se reflectem nas estatísticas, mas não no sucesso real. Isso é mau porque, podendo fazer brilhar o presente, a artificialidade do brilho faz perigar o futuro. E é o futuro a principal construção da escola!

Aqui, na Região Autónoma da Madeira, temos verificado, as coisas estão cada vez mais semelhantes ao continente. Os governantes parecem gémeos, ora desavindos ora inseparáveis, mas cujos genes não enganam: no que é essencial agem da mesma forma. A organização da escola assemelha-se, a relação com os docentes não difere, as respostas educativas são próximas e tudo isto porque a natureza das políticas é a mesma. É natural que estejamos contra e movamos um forte combate a tais políticas, na certeza de que aquilo que combatemos no continente não passa a ser positivo nas regiões autónomas, e o mesmo para o contrário.

Uma nota sobre o que se passou recentemente, no continente, com a avaliação de desempenho dos docentes. Derrotado, sem apelo nem agravo, no terreno do jogo democrático, o governo, com o apoio de quem deveria comportar-se com isenção, por ser árbitro, foi ganhar na secretaria.

Ou seja, num tribunal que, curiosamente, em três situações semelhantes anteriores, decidiu de outra forma. Há quem diga que há por ali política a mais e constitucionalidade a menos... não sei se se é assim, mas às vezes parece.

Isabel Alçada gritou aos sete ventos tratar-se de uma vitória. Será para si! Afinal as duas ministras da Educação da era Sócrates clamaram sempre vitória de cada vez que conseguiram infringir derrotas à Educação e não foi preocupação sua, em muitos momentos, que tal significasse ficarem de costas voltadas para os professores... fracas vitórias, estas! Até porque, neste momento e em relação ao modelo de avaliação que ainda vigora tem os dias contados. Aquilo já não é nada, excepto para quem, por teimosia e cegueira, pretende levá-lo até ao fim, sejam quais forem as consequências.

Hoje, mais do que nunca, se compreende que a luta para exigir alternativas é

de todos, logo também dos professores e educadores. (...)

A nossa acção será desenvolvida nos mais diversos planos: no negocial, no jurídico, no institucional, mas sempre com a consciência de que os ganhos mais relevantes se obterão através da acção reivindicativa, desequilibrando, para o nosso lado, a relação de forças.

Continuaremos conscientes de que não são as políticas prosseguidas em particular nos últimos anos que servem o país. Continuaremos sem nos resignarmos a inevitabilidades que o não são; continuaremos vivos, actuantes, conscientes de estarmos do lado certo, de termos razão, de nada mais querermos que não seja a vida digna a que temos direito.

O tempo não é de silêncios, embora não falte quem queira silenciar-nos por esmagamento... mas não conseguirão. O tempo é de denúncia, de protesto, de exigência... o tempo é de construirmos alternativas!

Estamos disponíveis para isso porque outra sociedade é desejável e possível se soubermos transformar esta, provocando-lhe mudanças verdadeiras. ●

Passagem da intervenção de Mário Nogueira na sessão de abertura do 10º Congresso do SPM, Funchal, 6/5/2011



Não ao “acordo” da recessão, do desemprego, das injustiças e das desigualdades

são social e civilizacional”. Trata-se de um acordo “pésimo para os trabalhadores, o povo e o país, que ficarão empobrecidos”.

Por outro lado, “é óptimo para os banqueiros, os monopolistas, os grandes accionistas e os agiotas”. Carvalho da Silva alertou para as consequências de um “ataque sem precedentes aos direitos no trabalho”. Deu vários exemplos, incluindo o alargamento dos motivos de despedimento individual, “tornando-o mais simples e mais barato, prevendo-se uma nova redução do seu valor em 2012” e a redução do subsídio de desemprego até ao limite de 18 meses, “cortando pelo menos 10 por cento a partir do 6º mês de desemprego”.

Movimento sindical não cruza os braços

O dirigente da Central não poupou críticas a uma orientação política que aposta no roubo

nos salários e nas pensões, no aumento brutal do custo de vida, nas privatizações ruinosas e em mais cortes nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado.

Como realçou Carvalho da Silva, “são medidas imorais, injustas e inadmissíveis”. A resposta passa pela unidade e pelo protesto. “É tempo de nos unirmos. É hora de dizer Não! ao acordo da troika com o Governo PS, com o PSD e CDS”. Renegociar a dívida, apostar na produção nacional, melhorar o poder de compra dos salários e das pensões, assegurar políticas sociais para todos e investir nos serviços públicos e nas funções sociais do Estado, são caminhos a seguir. O movimento sindical não cruza os braços!

Além de destacar o significado da jornada de 19 de Maio (manifestações em Lisboa e no Porto), o Secretário Geral da CGTP-IN salientou que “nas eleições do próximo dia 5 de Junho é necessária a participação dos trabalhadores, afirmando caminhos alternativos”. | JPO ●

DOSSIER ELEIÇÕES

Partidos com representação parlamentar respondem a inquérito organizado pela FENPROF





No nosso país, a Educação parece condenada a viver em estado de crise permanente, ao sabor de reformas mais ou menos avulsas, implementadas por equipas que se vão sucedendo no ME e que vão legislando sem avaliar as soluções que existem no terreno, comprometendo mudanças sólidas, sustentadas e participadas.

Educação

Deixem-nos exercer a nossa profissão em condições de dignidade

Apesar da instabilidade decorrente dessa situação, e pese embora o muito que ainda está por fazer, é inquestionável que nestes 37 anos de democracia a escola pública foi capaz de grandes avanços no que respeita à concretização do direito à educação, contribuindo para a melhoria significativa da qualificação dos portugueses. Neste contexto, é preocupante o discurso recorrente dos defensores de menos Estado, que, pretensamente por razões que se prendem com uma maior democratização da vida e da sociedade, colocam em pé de igualdade a oferta pública e

a oferta privada, em termos de definição da rede escolar e do respectivo financiamento. Porque consideramos que esta perspectiva, a concretizar-se, levaria ao desinvestimento na escola pública, pondo em causa o direito à educação constitucionalmente consagrado, é nossa opinião que, neste período de decisões para o futuro, os partidos devem pronunciar-se claramente sobre esta questão.

Em tempos de crise como os que vivemos actualmente, e com as dificuldades estruturais que daí decorrem, os professores não irão avançar para exigências irrealistas, mas não deixarão de, numa atitude respon-

sável, defender, para as escolas e para a sua profissão, condições de organização do sistema educativo e socioprofissionais ajustadas. Vão, por isso, em plena consciência do insubstituível papel que desempenham no desenvolvimento do país e das suas responsabilidades sociais e profissionais, afirmar hoje com toda a clareza – *deixem-nos exercer a nossa profissão em condições de dignidade!* Não fazemos esta exigência só por nós, fazemo-la pensando na escola portuguesa, no decisivo papel que cabe à Educação no desenho do nosso futuro colectivo, e na firme convicção de que, a não serem rapidamente

alterados todos os constrangimentos que se abatem hoje sobre o desempenho profissional docente, será impossível exigir-se o trabalho de qualidade que é suposto sustentar uma boa e adequada relação entre o ensino e a aprendizagem.

Sem pretendermos dramatizar mais o que já é dramático, arriscamos dizer que as políticas educativas desenvolvidas nos últimos anos estão a acabar com o conceito de escola como todos a conhecíamos, substituídas que vão sendo pelas tecnocráticas designações de unidades orgânicas, agrupamentos, e a mais recente invenção do iluminismo burocrático – os mega-agrupamentos. Quem sai perdedora deste processo é a componente pedagógica que a nossa Lei geral ainda diz que deve prevalecer sobre todas as outras vertentes organizativas.

Este perigosíssimo cenário, só por si, pode pôr em causa o futuro de um país, pelo que a FENPROF entende ser de interrogar os partidos políticos concorrentes às próximas eleições legislativas sobre se pretendem continuar este caminho de ordenamento da rede escolar, ou se, pelo contrário, o irão inverter e apostar de novo na humanização dos espaços escolares e na criação de reais condições para que a dimensão pedagógica presida a todas as actividades que as escolas são chamadas a realizar.

A situação nas escolas

A opção no sentido que à FENPROF parece correcto arrasta outras dimensões no plano da organização da escola pública democrática. Desde logo, como é que a escola se deve organizar para garantir que aí se respira pedagogia ao invés do ar administrativo-burocrático que hoje a asfixia e impõe, umas atrás das outras, lógicas economicistas que imperam em todos os domínios do seu quotidiano.

Apostar-se-á, como tem vindo a acontecer, num director para o qual são transferidos pequenos poderes mas que, ao mesmo tempo, é fortemente controlado pela Administração central e regional, gerindo espaços tão grandes e populosos que o tornam naturalmente desconhecedor dos chamados “cantos da casa”, ou, pelo contrário, serão criadas estruturas democráticas para cada escola, pedagogicamente orientadas e com níveis de participação adequados para todos os intervenientes na vida da escola, e capazes de, responsabilmente, fazer subordinar a critérios pedagógicos todos os actos de gestão corrente dos estabelecimentos de ensino? Os partidos políticos concorrentes a estas eleições devem à população portuguesa uma explicitação clara da via que pretendem seguir.

Por outro lado, o actual Estatuto de Carreira Docente e a publicação anual de despachos de organização do ano lectivo, com incidência nos horários de trabalho, têm vindo a agravar as condições de funcionamento das escolas. Através de sucessivas alterações, adaptações



Sendo pacífico e claro que os professores e educadores portugueses sempre se pronunciaram a favor da avaliação de desempenho, cabe aos partidos políticos que concorrem a estas eleições afirmarem publicamente se querem resolver este problema

e interpretações, estes normativos não só contrariam o preceito de que a organização de uma escola deve obedecer a um carácter iminentemente pedagógico, como têm contribuído para dificultar o exercício da profissão docente. Ao mesmo tempo, com a cada vez mais crescente atribuição de responsabilidades às escolas e aos professores, a par da redução brutal do crédito global horário e da constituição de mega-agrupamentos, as componentes individual e não lectiva dos professores e educadores têm sido agravadas. Esta é uma situação insustentável e um dos mais importantes factores do mal-estar

docente, tanto mais que é economicista o único objectivo que preside a esta sucessão de mudanças negativas. Importará agora saber qual a posição dos partidos face à possibilidade de deixar às escolas a capacidade de se organizar de acordo com aquilo que são os seus contextos, dinâmicas, projectos e características próprias.

Um outro importante factor de mal-estar e de deterioração do clima nas escolas é a avaliação do desempenho docente. É lamentável que uma matéria de base tão consensual como criar um sistema de avaliação ao serviço de uma permanente melhoria do trabalho dos professores e educadores, naturalmente dirigida a boas relações de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, a um sucesso escolar sólido dos nossos alunos, se tenha transformado talvez na questão central da vida das nossas escolas, complicando-a, desvirtuando-a, massacrando os docentes com múltiplas burocracias, desviando-os das suas funções principais e forçando-os a colocar no centro das suas reivindicações a exigência de revogação da teia legislativa entretanto montada.

Sendo pacífico e claro que os professores e educadores portugueses sempre se pronunciaram a favor da avaliação de desempenho, cabe aos partidos políticos que concorrem a estas eleições afirmarem publicamente se querem resolver este problema e encontrar com os sindicatos uma solução assente no carácter formativo que lhe deve estar subjacente que agrade a todas as partes envolvidas. ●

Caminho que promova a estabilização do corpo docente



A FENPROF considera que é num quadro de favorecimento de um funcionamento adequado das escolas às necessidades formativas e educativas dos alunos, bem como às exigências profissionais dos docentes, que deve traçar-se um caminho que promova a estabilização do corpo docente em sintonia com a satisfação das necessidades permanentes do sistema educativo e das escolas, quer viabilizando a realização de concursos periódicos para a sua vinculação e mobilidade, quer garantindo, dessa forma, a necessária equidade na satisfação daquele que é um direito social dos cidadãos.

Compete, então, aos partidos clarificar, perante uma classe profissional em que cerca de um terço dos seus profissionais têm uma situação de emprego muito precária, se existe ou não disponibilidade política para a progressiva sustentação das necessárias condições de estabilização dos professores e educadores.

Por tudo isto, a FENPROF, tal como nas eleições anteriores, coloca aos partidos políticos o conjunto de questões que considera da maior relevância. ●

Partidos com representação parlamentar falam sobre futuro da Educação

Nota: P.S. não fez chegar as suas respostas

Foram ultrapassados todos os prazos para que os partidos políticos respondessem às perguntas colocadas. Uma semana depois do prazo inicialmente estabelecido, o P.S. não fez chegar as suas respostas. Face à necessidade de fechar esta edição do JF não é possível aguardar por mais tempo. Assim, a não publicação das respostas do PS é da sua inteira responsabilidade. A FENPROF lamenta tal facto. ●



Relação Público/Privado

1. O artigo 75º da CRP preconiza que “O Estado criará uma rede de estabelecimentos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”. Defende o partido a manutenção deste princípio, assumindo como prioridade o reforço e a qualificação da escola pública, ou defende a criação de uma rede de serviço público, onde as escolas públicas e as escolas privadas sejam financiadas de igual forma pelo Estado?

2. Há disponibilidade do partido para a aprovação de uma lei sobre financiamento da educação? Qual o modelo de financiamento que, nesse âmbito, considera adequado?

Nesse sentido, o PSD defende que se aplique, desde logo às escolas da actual rede pública, o princípio da liberdade de escolha para as famílias, desde que seja garantida a igualdade no acesso, a qualidade de ensino e o não aumento dos custos para o erário público. O PSD acredita na liberdade. E o PSD acredita num serviço público de ensino - PARA TODOS – com qualidade e exigência. Não nos conformamos com a atitude de alguns que, trazendo a escola pública sempre na boca, acabam por, na prática, favorecerem um ensino privado a que só alguns (os mais ricos) podem aceder.



1. Defendemos uma rede de escolas de oferta pública, de qualidade e que utilize a capacidade instalada, da qual façam parte todas as escolas do Estado e as escolas particulares e cooperativas, que a ela queiram aderir. O financiamento destas últimas escolas deve ser feito de acordo com os valores atribuídos às turmas das escolas públicas do mesmo nível e grau de ensino.

2. Existe disponibilidade do partido para a aprovação de uma lei sobre financiamento da educação, cujo modelo deve ser sustentável e objecto de um amplo consenso.

garantir, através do estabelecimento de contratos de associação com escolas privadas, a oferta pública de ensino, pois não foi possível toda a gente ter acesso à escola pública ao mesmo tempo em todo o território, é igualmente importante que essa figura deixe de existir nos locais onde a oferta pública de ensino foi entretanto estabelecida. Ou seja, o financiamento do Estado às escolas privadas deixa de fazer sentida a partir do momento que o Estado consegue garantir o serviço de ensino na escola pública. Os contratos de associação devem ter sempre uma lógica supletiva e o alargamento da rede pública de escolas deve ser a prioridade do Estado. Neste processo, devem obviamente ser acatados os interesses das crianças e os direitos laborais dos professores.

2. Se a mesma não produzir as distorções que o país conheceu relativamente ao ensino superior. É reconhecido que as escolas têm muito pouco dinheiro, que os seus orçamentos reduzidos são inimigos da autonomia e da qualidade. Mas no quadro das condições definidas pelo “acordo”, assinado com a troika, este debate está contaminado porque o que está previsto é um golpe de milhões de euros na educação. A consagração do financiamento segundo contratos-programa podia ser uma escolha razoável, porque cada escola é uma escola com necessidades próprias, mas o que foi assinado pelo PS, PSD, CDS, constitui o esmagamento de qualquer perspectiva séria de financiamento da escola pública.



1. O PCP defende uma política de valorização e capacitação da Escola Pública, assegurando a uma cobertura territorial integral e a democratização e gratuidade do seu acesso

e frequência em todos os seus graus. Assim, só uma política que coloque como clara prioridade a responsabilização do Estado perante uma rede de estabelecimentos públicos de ensino, poderemos assegurar uma escola para todos, como instrumento de eliminação de assimetrias e não como câmara de ressonância e ampliação das assimetrias de classe já hoje existentes.

O PCP não está de acordo, por isso mesmo, com o financiamento a Escolas privadas, salvo nos casos em que essas escolas possam estar a suprir uma falha territorial do Estado ou ofereçam percursos e formações (artísticas por exemplo) inexistentes na rede pública.

Todavia, o financiamento de escolas privadas não deve garantir a obtenção de lucro e muito menos contribuir para a estagnação da rede pública ou para a sua contracção. Financiamento por contrato de associação ou de patrocínio sim, num contexto de crescimento e aposta na Escola Pública como condição fundamental. A primeira sem a segunda é a prática que PS e PSD têm vindo a seguir, assim depauperando a resposta pública e muitas vezes concentrando nas grandes empresas da educação a oferta e o financiamento em empresas que em nada contribuem para o cumprimento dos objectivos constitucionais do Estado Português.

É paralelamente importante clarificar que o PCP defende que na base dos contratos de patrocínio e de associação esteja contemplada a obrigação e responsabilidade da instituição perante os seus trabalhadores, docentes e não docentes, nomeadamente no que toca à garantia de um vínculo estável, à possibilidade de progressão na carreira e ao cumprimento dos resultados da negociação colectiva, quer no que toca a horários, quer no que toca a tabelas salariais.

2. O PCP é favorável à aprovação de uma lei de financiamento dos diversos graus de Ensino, tendo apresentado inclusivamente um Projecto de Lei de Financiamento do Ensino Superior. Igualmente, defende o PCP a existência de uma lei de financiamento dos restantes graus de ensino, no sentido de garantir a transparência e a objectividade na atribuição de recursos às escolas. Para o PCP, porém, é essencial que uma lei com esses objectivos não prossiga a fúria empresarializadora que actualmente sobrepõe a gestão administrativa e económica a todos os princípios pedagógicos, científicos e sociais. Por isso mesmo, uma lei de financiamento do Ensino deve antes de mais assegurar

a clareza, a existência de critérios e estar orientada para a democratização do ensino e combate aos fenómenos de abandono e insucesso escolar, dotando as escolas dos meios necessários para a prossecução dos seus objectivos, definidos no quadro geral da Lei de Bases, mas concretizados no quadro da autonomia escolar.



1. Sem prejuízo do respeito pelos acordos e protocolos firmados pelo Estado com estabelecimentos privados e cooperativos, “Os Verdes” defendem, prioritariamente, o respeito integral pelo designio constitucional da Escola Pública Democrática que inclui, necessariamente, a obrigação fundamental do Estado de criar e manter com elevados níveis de qualidade uma rede de estabelecimentos de ensino pública.

2. Podendo não ser garantia de resolução do problema do crónico subfinanciamento da educação (pelo seu não cumprimento e pelas excepções, designadamente por via das Leis anuais do Orçamento de Estado, que podem ser introduzidas, etc.) estamos disponíveis para trabalhar sobre o assunto e, principalmente, para procurar evitar a consagração de modelos de financiamento pseudo-meritocráticos.

O financiamento, como das principais funções e serviços públicos tem que estar assente no orçamento do Ministério da Educação tendo como objectivo a satisfação das necessidades do sistema de ensino público, o cumprimento dos princípios constitucionais e da Lei de Bases do Sistema Educativo.



Gestão das escolas

1. A gestão democrática, constitucionalmente consagrada, torna imperativa a garantia de princípios de democrati-

dade e de participação, postos em causa no actual regime de autonomia e gestão das escolas (DL 75/2008). Estará o partido disponível para promover a realização de um amplo debate sobre esta matéria, que possa permitir consensualizar, a curto prazo, um regime alternativo ao actual?

2. Considera o partido necessário ao bom funcionamento das escolas o reforço da sua autonomia pedagógica, nomeadamente consagrando que é ao Conselho Pedagógico, enquanto órgão de direcção pedagógica da escola, que compete definir o tipo, as competências e a composição das estruturas pedagógicas intermédias, assim como flexibilizar a organização dos espaços, tempos, agrupamentos de alunos e apoios educativos?

3. Qual a posição do partido relativamente à forma de constituição do Conselho Pedagógico? Devem ou não os coordenadores das estruturas de gestão intermédia ser eleitos pelos docentes que as constituem?



1/2/3. O PSD considera que as reformas que deverão ser promovidas no sistema de ensino só terão sucesso se contarem com a adesão dos agentes educativos. Serão estes os verdadeiros agentes da mudança! Assim, naturalmente, o PSD promoverá um grande debate que permita gerar os consensos necessários para empreender melhorias na Educação.

Relativamente à gestão das escolas, o PSD acredita que se poderão dar passos no sentido de especializar e profissionalizar a função de Director da escola, a que os professores poderão voluntariamente concorrer. A intenção é, precisamente, libertar a função docente para os processos de ensino e de aprendizagem e para as decisões organizativas de cariz científico e pedagógico.

Nesse sentido, defendemos um reforço da autonomia das escolas (e consequen-



1/2. A consolidação do nosso sistema de ensino, ao longo dos últimos 30 anos, tem assentado num equilíbrio adequado, em que se afirma uma rede de serviço público, independentemente da propriedade estatal, particular ou cooperativa das escolas.



1. O Bloco de Esquerda tem assumido desde sempre a defesa da escola pública. Se é verdade que num determinado momento fez todo o sentido o Estado

temente, uma maior responsabilização de todos os agentes da escola e da comunidade envolvente). E esse reforço da autonomia das escolas passa igualmente por uma crescente autonomia pedagógica que deve ser concentrada nos professores (e que assim deverão ter um peso determinante nos Conselhos Pedagógicos).



1. Estamos disponíveis para promover a realização de um amplo debate, sobre o regime de autonomia e gestão das escolas, que possa permitir consensualizar as alterações necessárias ao reforço da autonomia das escolas.

2. Consideramos necessário ao bom funcionamento das escolas a extensão aprofundamento do conceito de autonomia nas áreas pedagógica, financeira, de gestão de espaços, património e ligação à comunidade.

3. O Conselho Pedagógico, como órgão consultivo de natureza técnica, deve ter em conta na sua constituição, a integração daqueles que contribuam para o seu papel reflexivo e de apoio à escola.



1. O Bloco está disponível para esse debate e considera-o urgente. Um modelo de gestão eficaz tem necessariamente de ser democrático, assente na representação, na colegialidade dos órgãos e na participação de pessoal docente, não docente e dos estudantes.

Em Abril de 2010 o Bloco de Esquerda apresentou um Projecto de Lei que alterava o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, "Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensino Básico e Secundário". Passado um ano da entrada em vigor deste mesmo regime tornou-se óbvio que os receios do Bloco de Esquerda se verificaram, com a diminuição da democracia nas escolas pela concentração de poder na figura do Director.

O Bloco escolheu nessa altura trabalhar a lei com o intuito de dotar as escolas de ferramentas para a democratização e par-

ticipação na sua gestão, responsabilizando quem melhor as conhece: os professores e as professoras.

Em traços gerais a proposta do Bloco propunha:

1 - Autonomia das escolas na decisão sobre modelo de direcção executiva;

2 - Eleição pelos docentes dos diversos cargos intermédios de coordenação científico-pedagógica e de coordenação de estabelecimentos escolares;

3 - Maioria clara dos profissionais e alunos da escola pública no conselho geral, que é o órgão de direcção estratégica da escola;

4 - Reforçar a democracia interna: alargamento do universo de elegibilidade dos membros da direcção executiva; limitação a 3 mandatos sucessivos nos cargos executivos; e responsabilização da tutela para a formação obrigatória em gestão;

5 - Estabelecer um regime de autonomia alargada, com critérios claros de acesso, sem depender da decisão política e discricionária do Ministério da Educação;

6 - Definir responsabilidades claras na gestão das instalações escolares.

Relativamente ao regime de autonomia nas escolas, o Bloco de Esquerda considera que cabe à direcção executiva elaborar o projecto de autonomia alargada, sob propostas do conselho pedagógico. Defende ainda que este regime de autonomia alargada seja destinado às escolas com avaliação externa positiva e que a estas sejam atribuídas novas competências, designadamente em matéria de gestão e inovação curricular, normas próprias sobre horários, tempos lectivos e constituição de turmas ou a própria a gestão orçamental.

2. Sim.

3. Como ficou exposto acima, defendemos que devem ser eleitos pelos seus pares os docentes dos diversos cargos intermédios de coordenação científico-pedagógica e de coordenação de estabelecimentos escolares;



1. O PCP assumiu desde o início uma posição contrária ao conteúdo do DL 75/2008. Nesse sentido, o PCP apresentou inclusivamente uma Apreciação Parlamentar a esse Decreto-Lei e um Projecto de Lei de Gestão Democrática das Escolas que divulgou na altura. Aliás, o PCP foi o único partido a apresentar uma proposta distinta da do Governo, tendo em conta

que as restantes em pouco se distinguiram da orientação do DL 75/2011. Claro que, perante a necessidade e urgência de romper com a empresarialização e governamentalização das escolas, o PCP estará inteiramente disponível para contribuir para um debate amplo e ponderado sobre um novo regime de gestão democrática e autonomia.

2. O PCP apresentou um Projecto de Lei em que essas eram precisamente as competências do Conselho Pedagógico, numa formulação inovadora de Conselho Pedagógico de carácter eminentemente científico-pedagógico.

3. De acordo com as propostas e opiniões do PCP, o Conselho Pedagógico deve ser constituído por professores e um membro do Serviço de Psicologia e Orientação e devem nele ter lugar os coordenadores de departamento, os coordenadores de directores de turma, representantes do 1º ciclo e pré-escolar (caso existam) e representantes dos órgãos superiores de gestão. O PCP entende igualmente que os coordenadores devem ser eleitos pelos docentes que constituem as estruturas que esses virão a coordenar.

Pode ser consultada a proposta do PCP aqui: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=35075>



1. Não tendo sido favoráveis à actual lei, por discordar em várias matérias, com certeza que estamos disponíveis para promover e participar no debate que possa constituir a antecâmara da sua alteração e melhoria.

2. O reforço da autonomia pedagógica (no respeito pelo primado do pedagógico face ao administrativo) das Escolas faz-se, para além da dotação dos meios materiais e humanos necessários para cumprir a sua missão, pelo reforço das competências dos respectivos Conselhos, corrigindo, aliás, um dos erros da actual lei.

3. Numa Escola Democrática assim deve acontecer!



Rede escolar

1. Considera o partido que o sistema educativo português deve ser constituído por escolas humanizadas, de média dimensão, geridas numa lógica de proximidade, ou defendem a existência de unidades orgânicas, em que as escolas desaparecem para dar lugar a mega-agrupamentos com milhares de alunos e centenas de professores, geridos à distância?

2. Considera necessário rever o processo de reestruturação da rede escolar, respeitando a vontade expressa das respectivas comunidades educativas e corrigindo os erros entretanto cometidos?



1/2. O PSD defende a consolidação do processo de agrupamento de escolas, por razões pedagógicas e de eficiência na gestão.

Contudo, tal não significa que aceitemos o princípio dos chamados "mega-agrupamentos"! A partir de determinada dimensão, este agrupamento de escolas é prejudicial a uma gestão adequada e eficiente e, principalmente, é pedagogicamente errada. Um ensino de qualidade e com sucesso impõe uma proximidade que tem sido posta em causa com muitas decisões que têm sido tomadas.

Assim, quando for Governo, o PSD reavaliará, em conjunto com as comunidades educativas locais, as decisões de constituição de "mega-agrupamentos" que foram recentemente assumidas pelo governo socialista.



1. Concordamos com a reorganização da rede escolar enquanto vise dotar a escola dos recursos necessários a uma melhor aquisição de conhecimentos e competências, permita uma dimensão que possa favorecer o aparecimento de massa crítica, por parte dos professores que as integram e que permita aos alunos beneficiar desse facto, bem como potenciar a sua socialização.

Consideramos que os agrupamentos de escolas devem ter uma dimensão que lhes permita a concretização do seu projecto educativo.

2. As comunidades educativas e as autarquias devem participar sempre no processo de reestruturação da rede escolar.



1. Defendemos um modelo assente em escolas humanizadas, de dimensão aceitável, que permitam o interconhecimento dos seus membros, uma ligação efectiva com o local e a comunidade, uma gestão de proximidade. Opomo-nos aos mega-agrupamentos e fazemo-lo com base na experiência europeia e no conhecimento acumulado sobre esta matéria, com consciência que a decisão de concentrar e de criar estas unidades orgânicas tem por base critérios economicistas e não pedagógicos.

2. Para o Bloco, a decisão de encerramento massivo de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e a criação de mega-agrupamentos de escolas vieram estrangular o conceito de proximidade, ignorando os contextos sociais e contribuindo para o aprofundamento da desertificação e do abandono do interior do país. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda apresentou na Assembleia da República um conjunto de recomendações ao Governo, sob a forma dum Projecto de Resolução, que assenta numa ideia fundamental – o processo de reorganização da rede escolar seja programado atempadamente mediante consulta, negociação directa e consensualização entre o Ministério da Educação e as comunidades educativas, ou seja, as escolas,

professores, municípios, as freguesias e os pais e encarregados de educação.

De acordo com o Bloco de Esquerda, a reestruturação da rede escolar deve respeitar estes princípios. Deve proceder-se a uma nova reorganização da rede que tenha como principal fundamento critérios de qualidade, ao contrário do que aconteceu com o encerramento cego de escolas, orientado por critérios exclusivamente quantitativos, sem olhar aos projectos educativos desenvolvidos no seio das comunidades.



1. O PCP propôs a suspensão de todos os processos em curso referentes ao chamado "reordenamento da rede escolar". No entendimento do PCP, as escolas devem ser organizadas de forma a garantir proximidade e humanização no processo de ensino/aprendizagem. Da mesma forma, as escolas devem preservar dimensões que possibilitem uma gestão racional dos recursos, humanos e materiais, orientada em primeiro lugar para a melhoria da qualidade do sistema educativo.

2. O PCP propôs a elaboração de uma carta educativa nacional que se apresentasse como documento estratégico, flexível, mas orientador para o desenvolvimento, investimento e ordenamento da rede escolar. No entendimento do PCP, um documento dessa natureza terá de ser necessariamente discutido e elaborado em colaboração e articulação com as comunidades, as populações e autarquias, partindo inclusivamente do trabalho já por estes realizado.



1. "Os Verdes" foram extremamente críticos do processo que teve lugar nas anteriores legislaturas de "concentração de alunos" e encerramento de estabelecimentos com base primordialmente em critérios matemáticos e com objectivos economicistas. A necessária remodelação do parque escolar não tinha que ser feita deste modo, desinserindo os alunos dos seus contextos. A própria criação de muitos agrupamentos nem sempre foi feita da melhor maneira, havendo ainda hoje muitos problemas por resolver. Não temos nada a ganhar em aprofundar ainda mais um processo sem antes avaliar o que está

já feito, sendo certo que temos os maiores receios de que os mega-agrupamentos venham a acentuar um modelo gestor-administrativo em que as necessidades dos alunos e as condições de trabalho dos profissionais, mormente nas pequenas escolas, fiquem cada vez mais subalternizadas em relação à burocracia.

2. “Os Verdes” consideram fundamental fazer a avaliação desse processo e revê-lo, envolvendo, para tanto, os actores, concretamente as comunidades educativas.



Avaliação do desempenho

1. Que posição assumirá o partido relativamente ao actual modelo, após a declaração de inconstitucionalidade da suspensão decretada pela Assembleia da República? Considera positivo que um biénio que, na verdade, não terá mais de seis meses, o actual modelo de avaliação prossiga até final, criando dificuldades às escolas neste último e curto período lectivo?

2. Concorda com o actual modelo de avaliação de desempenho dos docentes? Em traços gerais, que tipo/modelo de avaliação defende esse partido para os professores?

3. Entende que a atribuição de menções de avaliação deverá sujeitar-se a quotas ou que deverá ser respeitado o designado mérito absoluto?



1/2/3. O PSD proporá a revogação do actual modelo de avaliação de desempenho e apresentará, para discussão, um

novo modelo mais justo, mais simples e mais útil às escolas e aos professores.

O modelo que ainda está em vigor é kafkiano, causando instabilidade e conflitualidade nas escolas, sem que traga qualquer benefício conhecido. Não faz qualquer sentido que, absurdamente, os professores tenham de concentrar tantas horas e tanta energia no processo da sua avaliação, em prejuízo da dedicação (cada vez mais exigente, como sabemos) aos seus alunos.

Pelo contrário, o PSD propõe um modelo essencialmente vocacionado para a melhoria de desempenho dos docentes que, neste âmbito, deve ser desenvolvido, anualmente, no contexto da própria escola.

Paralelamente, a classificação de professores, que deverá ser concretizada em ciclos mais longos e de forma muito menos burocratizada, deverá ser assumida por elementos externos à escola, evitando-se assim a perversa classificação entre pares.



1. Os professores precisam de estabilidade para o exercício das suas funções. Avaliaremos em tempo oportuno a situação das escolas a fim de se lançar um novo modelo desburocratizado, para o próximo ciclo avaliativo, tendo como base de trabalho o modelo vigente no ensino particular e cooperativo.

2. A nossa discordância com o modelo de avaliação de desempenho dos docentes, tem sido visível através dos nossos Projectos, sistematicamente entregues e discutidos na Assembleia da República.

Defendemos um modelo de avaliação de desempenho docente baseado exclusivamente no desempenho, centrada nas vertentes científica e pedagógica e que promova o desenvolvimento profissional dos docentes, no quadro de um sistema desburocratizado, que reconheça o mérito e a excelência, com ciclos avaliativos mais longos e suportado por um plano nacional de formação de professores.

3. A atribuição das menções de avaliação deve ser atribuída, de forma rigorosa, aos desempenhos evidenciados pelos professores, no âmbito do perfil de desempenho docente de cada escola, estabelecido à luz do Projecto Educativo e tendo como referência os Padrões de Desempenho. Assim as menções a atribuir

estarão mais ajustadas ao contexto em que os professores de cada escola desenvolvem a sua acção e manifestam os seus desempenhos, em função do seu contributo para as Metas do Sistema Educativo, quer ao nível da prevenção do abandono escolar, quer da melhoria da qualidade das aprendizagens. As alterações ao modelo ajudarão assim, de forma rigorosa a diferenciar os desempenhos e as atribuições das menções.



1. O Bloco discorda do actual modelo e lutará pela sua revogação. O seu prolongamento só cria mais problemas e não constitui nenhuma solução positiva.

2. Não concordamos com o actual modelo. Acreditamos que a avaliação de desempenho das escolas e dos educadores e professores da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário constitui um dos requisitos para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Não foi esta, contudo, a filosofia que desde o início o Ministério da Educação perseguiu. Os sucessivos modelos de avaliação de desempenho docente, quer os definidos durante a anterior legislatura, quer o novo modelo desenhado em meados de 2010, têm vindo a confirmar as piores suspeitas quanto à sua natureza intrinsecamente morosa, burocrática, desadequada e ambígua. No sentido de dar resposta às complicações que estes modelos de avaliação trouxeram às escolas, o Bloco de Esquerda apresentou um novo modelo de avaliação do desempenho docente de acordo com as seguintes orientações:

- um modelo integrado que partisse de objectivos definidos pelos diferentes órgãos de coordenação científica e pedagógica;
- um modelo integrado que avaliasse o desempenho docente no quadro da avaliação das escolas;
- um modelo que articulasse a avaliação interna com a avaliação externa, que valorizasse a auto-avaliação das escolas e dos professores e a conciliasse com instrumentos que garantem a independência do processo;
- um modelo que aliviasse as escolas, ao colocar a avaliação de desempenho docente individual apenas no momento de transição de escalão da carreira;
- um modelo que valorizasse o

desempenho das melhores escolas e dos melhores professores e que prevenisse e corrigisse os problemas;

3. O Bloco opõe-se ao sistema de quotas, em nome do rigor e da verdade da avaliação.



1. O PCP é autor do diploma declarado inconstitucional. O veto político que foi dado a este diploma não será motivo de desalento para o PCP e seu Grupo Parlamentar. O processo de avaliação foi e continua a ser um embuste, quer pela questão que referem, quer pelas suas características intrínsecas. Daí que o PCP tudo fará para dar combate a esta avaliação e a este Estatuto de Carreira que impõe aos professores a precariedade, a hierarquização, a desvalorização do seu trabalho, entre outras indignidades.

2. O PCP defende um modelo de avaliação essencialmente formativo, capaz de identificar os aspectos essenciais para a necessária avaliação para progressão e para a melhoria da qualidade. Defende igualmente uma avaliação transparente, simplificada, objectiva, realizada com intervenção do Conselho Pedagógico de cada escola e sem hierarquia estabelecida entre os colégios avaliados e avaliadores. Da mesma forma, o PCP defende uma avaliação centrada nas reais tarefas do professor e colocando os critérios mensuráveis como itens centrais.

3. O PCP é contra a imposição de quotas na avaliação de professores, em consonância com a posição do Partido para com os processos de avaliação inseridos no SIADAP.



1. Porque não concordamos que a avaliação prosseguisse até final defendemos a sua suspensão. Entendemos que o início da próxima legislatura deve obrigar todos os partidos a assumir as suas responsabilidades. A nossa posição sempre foi clara: alterar este sistema de avaliação injusto, burocrático, paralisador e cujo principal efeito “útil” é impedir a progressão na carreira de milhares de professores.

2. Uma avaliação inserida num modelo

de avaliação global do sistema educativo, que inclua como elemento preponderante a auto-avaliação, destinado primordialmente a despistar e corrigir as deficiências do sistema e ultrapassar as dificuldades do docente. Um modelo sem o espartilho insustentável das quotas, responsabilizante e reconhecedor da autonomia pedagógica e das especificidades de cada meio escolar e de cada comunidade educativa.

3. A imposição de quotas é inconciliável com o objectivo de reconhecer o mérito e portanto deve cair.



Horários de trabalho

1. Pretende esse partido manter ou alterar o actual quadro legal relativo a horários, extremamente agressivo do ponto de vista do agravamento das condições de exercício da profissão e que é motivo de um cada vez maior e prematuro desgaste profissional?

2. Admite ou não promover a adequação do quadro legal dos horários às exigências da profissão, no respeito pelo tempo de serviço e/ou idade dos docentes, pela necessidade das escolas de aumento do seu crédito global de horas e pela adequação dos horários ao projecto de cada escola/agrupamento e às características dos seus recursos humanos?



1/2. O PSD pretende analisar e discutir com as entidades representativas dos professores eventuais mudanças, a serem consideradas num quadro alargado de alterações a propor no exercício profissional docente.



1. A componente de trabalho individual é indispensável, na profissão docente, para que o desenvolvimento da acção dos professores, ao longo dos anos, seja dinâmica. Como tal a componente de trabalho de escola, essencial como referencial no trabalho individual, deve ser fixada em todas as escolas no seu regulamento interno, tendo um limite máximo de horas, não ultrapassável, fixado a nível nacional. O horário dos professores não pode ser igual para todos. Não se deve igualar o que deve ser diferenciado.

2. No actual contexto, tendo em conta o saber acumulado dos professores que se aproximam da aposentação e o desgaste que a profissão provoca nesses docentes, é necessário que em sede de revisão do Estatuto da Carreira Docente, sejam introduzidas alterações que contemplem que esses professores, por sua opção, tenham funções especiais nas escolas, nomeadamente de integração dos novos professores, de apoio aos órgãos de gestão e pedagógicos, de apoio aos projectos de combate ao insucesso e abandono, de apoio aos serviços de psicologia e orientação escolar no âmbito da orientação, bem como o acompanhamento e gestão de carreiras no ensino profissional.



1/2. O actual regime de horário dos docentes foi uma das muitas medidas gravosas do Governo Sócrates, assente em critérios economicistas. Defendemos a sua alteração, de forma a sobrepor os critérios pedagógicos a quaisquer outros, a minimizar o elevado índice de desgaste que estes profissionais vivem e a criar justiça e critérios transparentes na sua elaboração e atribuição. Assim, respondemos afirmativamente às perguntas colocadas como critérios de base para a correcção de injustiças e para ultrapassar o poder discricionário que, em articulação com o total esvaziamento da gestão democrática, algumas escolas utilizam para premiar ou punir os e as que estão mais perto ou mais longe dos poderes instituídos.



1/2. O PCP opôs-se desde o início aos critérios para a definição dos horários de trabalho dos professores. Por isso mesmo, recomendou ao Governo a sua revisão, nomeadamente no que toca ao conteúdo e determinação das componentes lectiva e não-lectiva. Infelizmente, entendeu sempre este Governo que a profissão docente é marcada por uma preguiça colectiva, que merece ser tratada sem qualquer tipo de respeito.



1. As normas relativas aos horários devem ser alteradas reconhecendo as especificidades da função docente e as necessidades de funcionamento das escolas. Não é admissível o aumento de carga de trabalho, mormente burocrático e de reuniões, tantas vezes não reconhecido nem contabilizado (incluindo trabalho docente que não é qualificado como tal), que é exigido aos docentes com total desprezo das necessidades pedagógicas, preparação de aulas, correcção de trabalhos e provas, etc.

2. Respeitar a autonomia pedagógica implica conceder às escolas os créditos horários e recursos humanos necessários. Defender ensino de qualidade e sucesso implica reconhecer o desgaste da profissão e as especificidades de cada meio escolar bem como o dever de ter em conta o tempo de serviço e a idade dos docentes na distribuição de serviço e funções.



Emprego, vinculação e concursos

1. Garante esse partido a abertura de concursos que visem a mobilidade dos docentes dos quadros e o ingresso em

quadro dos professores contratados necessários para fazer face à realidade específica de cada estabelecimento? Com que periodicidade e de acordo com que critérios?

2. Considera ou não viável a criação de um mecanismo automático de vinculação de docentes contratados?



1/2. O País tem de resolver a injustificável situação dos professores que permanecem na situação de contratados durante 10, 15 ou 20 anos na mesma escola. Nestes casos, é absolutamente evidente que se trata do preenchimento de uma necessidade da função permanente por parte da escola. Deverão, assim, ser regularizadas estas situações. De resto, as escolas deverão tender a manter na situação de contratados, os casos absolutamente necessários para fazer face às naturais oscilações da oferta e conseqüentes necessidades docentes.



1. Consideramos que os concursos de professores, devem existir com uma periodicidade que garanta a adequação das necessidades das escolas aos recursos humanos necessários e suficientes e a sua estabilidade.

2. Defendemos a estabilidade dos recursos humanos nas escolas, tendo para esse efeito sido apresentados Projectos, na Assembleia da República.



1/2. O Bloco de Esquerda tem trazido à discussão na Assembleia da República a importância da estabilização do corpo docente nas escolas, nomeadamente através da integração nos quadros dos milhares de professores contratados. Já em Março deste ano voltámos a apresentar um Projecto de Lei no sentido de estabelecer

os termos do concurso de colocação de docentes para 2011 para o seu ingresso nos lugares de quadro das escolas e dos agrupamentos de escolas bem como da mobilidade dos docentes que já integram a carreira. Foi rejeitado com votos contra do PS e a abstenção do PSD e do CDS-PP. Consideramos que devem ser colocadas a concurso, por corresponderem a necessidades permanentes do sistema educativo, todas as vagas relativas a horários completos que nos últimos três anos consecutivos tenham sido colocadas a concurso de preenchimento de necessidades transitórias, ou que, durante esse mesmo período temporal, tenham sido preenchidas mediante renovações de contratos a termo certo de docentes.



1. O PCP propôs um projecto de lei para a realização de concursos de ingresso e mobilidade e tem defendido sempre a realização de concursos nacionais por lista graduada, denunciando as tentativas de descredibilização e os ataques que os governos PSD e PS têm desferido contra esse mecanismo. Por isso mesmo, o PCP defende a realização de concursos de ingresso e mobilidade para a satisfação de necessidades permanentes das escolas.

2. O PCP não entende como solução a vinculação automática dos professores contratados em função do seu tempo de serviço, mas sim em função da real necessidade da sua tarefa. Por isso mesmo, o PCP propôs a obrigatoriedade de abertura de vaga a concurso de todos os horários que se verificarem existir por 3 anos consecutivos.



1. A existência de concursos nacionais que permitam o ingresso no quadro dos professores necessários para responder às necessidades permanentes dos estabelecimentos (recusando a vergonha da precariedade dos milhares de contratados) permitindo ainda a mobilidade dos docentes do quadro deve ser assegurada numa base anual tendo por critérios base a graduação profissional e o tempo de serviço (sem prejuízo de especificidades pedagógicas ou de critérios adicionais como a preferência conjugal ou por motivos de saúde).

2. Entendemos que é perfeitamente viável e justo, ainda que com critério e exigências mínimas. O que não é viável é continuarmos a ter professores contratados ininterruptamente, a servir as escolas e o ensino, anos a fio, numa vergonhosa precariedade eternizada e forçada à porta da função pública e sem direitos.



Carreiras e salários

1. Os docentes garantiram, em 2010, a reestruturação das suas carreiras, incluindo a eliminação da divisão em categorias. Rapidamente, porém, estas foram congeladas e os salários reduzidos, deixando de corresponder ao que foi acordado entre o governo e as organizações sindicais. O partido concorda com a reposição do valor dos salários, o reinício da progressão nas carreiras e a recuperação do tempo de serviço que tem sido perdido para este efeito?



1. O fim da divisão da carreira docente em categorias foi um enorme triunfo conquistado pelos professores e que contou com o convicto impulso do PSD.

O PSD apostará decisivamente na valorização do papel do professor no nosso sistema e na reposição da sua autoridade nas salas de aula. Contudo, no que concerne ao valor dos salários e a progressão nas carreiras, as decisões não poderão deixar de ter em conta as dificuldades que o País atravessa e os sacrifícios que estão a ser pedidos a todos os portugueses. É uma lamentável consequência das políticas erradas do Partido Socialista.



1. Na situação económica e financeira em que o país se encontra, as medidas de política educativa devem ter presente a sua exequibilidade. A evolução que se venha a verificar, relativamente à actual situação, deve ser objecto de análise, com vista à introdução de medidas sustentáveis e que propiciem uma nova dinâmica no âmbito da carreira docente.



1. Sim.



1. Por várias vezes, o PCP propôs o descongelamento das carreiras da função pública em geral. Da mesma forma, opôs-se o PCP firme e combativamente aos cortes salariais realizados nos últimos anos. O PCP defende a contagem integral do tempo de serviço para todos os efeitos.



1. Esta é uma questão transversal a toda a função pública e corresponde, não só, a uma aspiração legítima, um direito e a uma questão de elementar justiça mas também a uma necessidade do país que não sairá da actual crise nem do cenário de recessão se não optar por valorizar o factor trabalho apostando na produtividade e na procura interna.



Educação especial

1. O Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, é responsável pela introdução nos agrupamentos/

escolas de uma lógica anti-inclusiva (ou, no mínimo, redutora da inclusão), porque prevê a existência de espaços segregados para a educação de alunos com NEE, substitui um paradigma pedagógico por um outro médico-psicológico e afasta da Educação Especial milhares destes alunos, ao avaliá-los por referência à CIF e ao classificá-los de acordo com uma tipificação por deficiência, retrógrada e ultrapassada. Que pensa fazer o partido deste Decreto-Lei? Revogá-lo, substituindo-o por outro modelo mais inclusivo? Que modelo? Alterá-lo em alguns aspectos? Quais?



1. A educação especial deve merecer toda a atenção dos responsáveis políticos. É uma obrigação ética contribuir para uma integração bem sucedida de todas as nossas crianças e jovens.

Nesse sentido, é absolutamente inaceitável que as decisões a ser tomadas nesta área tenham como critério uma ponderação economicista, de eventuais poupanças para o Estado. Infelizmente, assistimos a isso nos últimos anos. Assim, o PSD compromete-se a promover uma profunda avaliação dos impactos do Decreto-Lei n.º 3/2008, propondo de seguida as alterações necessárias a adequá-lo às reais necessidades dos nossos alunos.



1. Defendemos a revisão do regime jurídico da educação especial com o objectivo da criação de verdadeiras condições para a adequação do processo educativo aos requisitos das crianças e jovens com necessidades educativas especiais ou com dificuldades na aprendizagem, que impeçam o sucesso educativo.

Nesse contexto consideramos essencial a recuperação das equipas de coordenação dos apoios educativos/educação especial, multidisciplinares, formadas por técnicos com formação específica para actuar nesta área, que funcionarão como conselheiros e

supervisores de todo o trabalho desenvolvido.

Consideramos também importante a obrigatoriedade de formação específica, de nível superior, na área da educação especial para a intervenção com crianças e jovens com necessidades educativas especiais, bem como a criação de um Plano Nacional de Formação Contínua, na área das necessidades educativas especiais, para os professores do ensino regular com vista à aquisição de competências para o atendimento diferenciado aos alunos com características específicas de aprendizagem.



1. O Bloco de Esquerda considera que as restrições que este Decreto-lei veio impor, designadamente ao nível das características que permitem identificar crianças com NEE, constituem uma medida de exclusão totalmente inaceitável. Acreditamos por isso que é necessária a revogação deste Decreto-lei, abrir um período de debate o mais amplo possível, envolvendo profissionais e estudiosos da área bem como as famílias que lidam quotidianamente com estas crianças, para que dessa forma seja possível delinear um modelo que se adequa às necessidades destas crianças e às necessidades da escola pública actual. Achamos que uma medida fundamental para promover uma verdadeira inclusão no meio escolar consiste na implementação de equipas multidisciplinares nas escolas, com trabalho interdisciplinar e integrado de psicólogos, técnicos, médicos e mediadores socioculturais.



1. O PCP foi o único partido a apresentar um regime jurídico da Educação Especial, assim contrariando a tendência anti-inclusiva do regime em vigor. O PCP denunciou os efeitos do 3/2008 e inclusivamente propôs a sua revogação. Pode ser consultado o Projecto de Lei do PCP sobre esta matéria aqui: <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailIniciativa.aspx?BID=35097>



1. O referido Decreto-Lei representou um retrocesso de décadas e a violação de

compromissos internacionalmente assumidos por Portugal bem como o desrespeito pelos princípios da Escola inclusiva e da Declaração de Salamanca. “Os Verdes” já antes propuseram na AR a sua revogação (PJL nº195/XI) e entendem dever voltar a fazê-lo, propondo um modelo inclusivo, garantindo igualdade de oportunidades, a valorização e respeito pela pluralidade e diversidade no contexto educativo. A concepção desse novo modelo deve ser participada por especialistas e representantes dos parceiros sociais com actuação no sector das NEE’s.



Condições para o cumprimento da escolaridade obrigatória

1. Perante todas as interrogações que foram colocadas, e tendo em conta desígnios nacionais que, assumidos em lei, se revelam incontornáveis – apesar do contexto de crise em que nos movimentamos – fica uma pergunta pertinente que exige resposta: como é que cada partido pensa levar a cabo o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos? Com que meios e de que forma? Como pensa ainda concretizar a generalização da Educação Pré-Escolar aos 3 e 4 anos de idade e que posição tem relativamente à obrigatoriedade da sua frequência no ano imediatamente anterior ao acesso ao 1º ciclo de escolaridade?



1. O prolongamento da escolaridade obrigatória para os 12 anos é um desígnio nacional que deverá ser verdadeiramente assumido. Nos últimos anos, o Governo

arrogou-se desta intenção como um mero “slogan” político, sem ter verdadeiramente cuidado da sua futura implementação.

Dessa forma, o próximo Governo terá de acelerar a preparação deste importante passo na qualificação dos portugueses, desde logo, garantindo os apoios sociais necessários para que nenhuma criança ou jovem abandone os estudos por razões económicas.



1. Defendemos uma revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, permitindo a incorporação das revisões e reformas do sistema educativo que se impõem face ao futuro da educação e formação do nosso país, que contemple a reorganização dos ciclos de escolaridade do ensino básico no âmbito do Sistema Educativo.

Defendemos também o alargamento da oferta de educação pré-escolar, ajustado ao orçamento de investimento a contemplar de forma faseada, a fim de a tornar universal, para todas as crianças a partir dos 3 anos, com conteúdos pedagógicos e formativos obrigatórios, devidamente adequados à sua idade e grau de desenvolvimento intelectual e emocional.

Rever a estrutura curricular nos 2º e 3º ciclos de escolaridade, concentrando as aprendizagens dos alunos, em torno de um núcleo de disciplinas estruturantes, com particular destaque, para o Português e a Matemática.

Introduzir percursos escolares profissionalmente qualificantes, como opção curricular e de formação no 3º ciclo de escolaridade.

Criar uma rede de escolas profissionais de referência, que se constituam como o garante e precursoras, da qualidade dos diferentes percursos formativos.



1. A escolaridade obrigatória de 12 anos não pode ser concretizada com qualidade nas actuais condições de recursos humanos e financeiros das escolas, que serão profundamente agravadas com a intervenção externa assinada de cruz pelo PS, PSD e CDS e que trarão cortes cegos de muitos milhares de euros, além dos “cluster” de escolas. Não poderá ainda

ser concretizada como eixo do aprofundamento da democracia com uma escola dualizada, em que alguns podem seguir percursos com vista ao ensino superior e outros são destinados a um ensino profissional, definido quando o/a jovem ainda não tem idade para fazer as melhores escolas sobre o seu projecto, no 7.º ou 8.º ano de escolaridade. Estas situações tão dramáticas exigem um profundo debate social, de forma a redefinir o contrato social com a escola pública, na base de todos os sujeitos que a constroem ou ajudam a sua construção e para o levantamento das exigências de investimento público. O próximo ano lectivo devia arrancar com este debate, mas antes dele, antes de 5 de Junho, professores/as, alunos/as, famílias, sindicatos e associações, devem exigir aos partidos políticos que assinaram o “acordo” que explicitem: que escolas vão fechar, quantos mega-mega-agrupamentos vão criar, quantos profissionais de educação vão mandar para a rua.



1. O PCP foi o único partido que propôs a obrigatoriedade do pré-escolar no ano imediatamente anterior ao acesso ao 1º ciclo. No que toca ao cumprimento da escolaridade obrigatória, o PCP tem a convicção de que tal só será possível se for assumida uma profunda ruptura com o actual modelo de degradação da escola pública. Caso contrário, assistiremos a um processo de certificação em massa, ao estilo de “novas oportunidades”, fazendo da escola um instituto de formação profissional de banda estreita e de baixa qualidade, orientado para certificar para o trabalho os jovens portugueses das camadas mais empobrecidas da população, reservando um nicho de excelência para os filhos das camadas mais ricas, quer em escolas públicas de elite, quer em colégios privados. Se não existir lugar a uma alteração de paradigma educativo, económico e social, a escolaridade obrigatória corre o sério risco de se converter na “formação profissional obrigatória” para a generalidade dos jovens que por ela poderão ser afectados, contando que os filhos das camadas mais ricas da população já hoje prosseguem os estudos até ao 12º e mesmo ensino superior.



1. A escolaridade obrigatória até aos 12 anos exige, obviamente, um reforço da escola pública e do investimento feito, não se podendo fazer apenas à custa do alargamento dos cursos profissionais nem implicar transferência de custos para as famílias. Compreendendo que as competências basilares adquiridas nesse nível de ensino são fundamentais para um percurso escolar posterior com sucesso, há muito que “Os Verdes” defendem a generalização do Pré-escolar, pelo menos a partir dos 4 anos de idade, sendo favoráveis à sua progressiva obrigatoriedade.

Ensino Superior e Investigação



Regime Jurídico das Instituições

1. Em 2007, foi criada no RJIES, a possibilidade de transformação de instituições do ensino superior público em fundações públicas “com regime de direito privado”. O Partido concorda com a continuação desta figura jurídica? Caso afirmativo, pretende modificá-la e em que sentido? Caso negativo, estaria disposto a eliminar esta possibilidade do RJIES?



1. Aquilo que verdadeiramente importa, a bem da tão necessária consolidação do Ensino Superior em Portugal, que continua por alcançar, é reforçar efectivamente a autonomia e flexibilidade de gestão existentes ao nível das Instituições de Ensino Superior. Com incentivos claros

a reconhecer o mérito e resultados alcançados, depois de convenientemente avaliados. E independentemente dos figurinos jurídicos que venham a ser adoptados pelas diferentes Instituições de Ensino Superior. Acreditamos, por isso mesmo, como de resto o programa eleitoral do PSD bem evidencia:

- Numa simplificação da regulamentação actual, longa e uniformizadora, retirando-se o Estado da intervenção e condicionamento dos processos de gestão, que devem ser perspectivados numa óptica de verdadeira autonomia das Instituições de Ensino Superior;

- Na existência de maior flexibilidade, liberdade de iniciativa e forte estímulo à angariação de receitas próprias por parte das Instituições de Ensino Superior, sem mecanismos inibidores desta mesma aposta de reforço da interacção entre o Ensino Superior e a sociedade;

- Na adopção de modelos de contractualização de objectivos, bem como de sistemas de acompanhamento, monitorização e avaliação integrada dos resultados alcançados, garantindo um real alinhamento das instituições com a prossecução da sua missão e metas a alcançar, de forma sistémica.

Mais do que discutir a formação jurídica das instituições, o PSD acredita que é prioritário abrir novos caminhos e paradigmas no modo como estas se relacionam com o Estado, devendo apontar-se para crescentes níveis de efectiva autonomia, acompanhados de uma regulação adequada, bem assim como de mecanismos eficazes de estímulo, responsabilização, monitorização e avaliação dos resultados obtidos, salvaguardando sempre a sustentabilidade de um sistema de Ensino Superior cada vez mais maduro, consistente e com crescentes dinâmicas de interacção com a sociedade.



1. Consideramos que para além do regime jurídico, o essencial nesta matéria se prende com a melhoria da eficácia, desejável para os estabelecimentos de ensino superior.

Que se promova uma cultura de prestação de contas responsável, não premiando modelos de gestão que, ano após ano, usufruem de dotação orçamental com base no ‘histórico’ e não na real avaliação dos seus resultados.

Que o leque de escolhas dos cursos seja realista, pois a diversidade de cursos, no Ensino Superior, sem saídas profissionais, descredibiliza muitas das vezes, as instituições que os ministram.



1. O RJIES veio introduzir alterações profundas no sistema de ensino superior em Portugal sendo a sua mais emblemática a possibilidade da passagem de instituições de ensino superior a fundações públicas com regime de direito privado. Se na altura o Bloco de Esquerda se opôs veementemente a este novo quadro conceptual que foi sendo introduzido nas universidades, nomeadamente por considerar que a passagem a fundação poderia pôr em causa a vivência democrática e a autonomia científica das instituições, hoje verificamos que quer nas instituições agora fundacionais, quer naquelas que se perfilham para o ser, a lógica gerencialista vai-se tornando dominante. A passagem a fundação das instituições de ensino superior foi também o pretexto para que figuras do meio empresarial e financeiro tenham passado a ter um poder crescente e determinante na decisão da estratégia científica e pedagógica destas. O que se veio a verificar foi a progressiva inutilidade dos órgãos colegiais das instituições, com papéis cada vez mais redutores e de cariz meramente consultivo, bem como o investimento em determinadas áreas do saber com valor de mercado mais saliente em detrimento de outras cuja função não responde aos mesmos critérios. O modelo fundacional tem também, por isso, potencialmente, um efeito de condicionamento das escolhas e do critério de democracia e serviço público que têm de orientar a política para o ensino superior. Além disso, o processo decisório dentro das próprias instituições tem deixado muito a desejar, resultando muitas vezes não de uma escolha do conjunto da comunidade académica, mas de uma imposição sem discussão nem consulta.

O BE está naturalmente contra esta figura por considerarmos que as instituições precisam duma gestão autónoma que lhes permita gerir os seus recursos humanos e materiais de acordo com a estratégia científico-pedagógica definida nos órgãos colegiais respectivos.

O Bloco está disponível para recuperar as instituições de ensino superior para um

modelo de gestão público, democrático, participativo e, por isso mesmo, mais eficaz.



1. O PCP afirmou-se desde o primeiro momento contra o RJIES. Em toda a sua dimensão, o RJIES é uma peça de privatização do Ensino Superior e de desresponsabilização do Estado perante o mesmo. Por isso mesmo, um regime jurídico do Ensino Superior que conte com o apoio do PCP terá de se afirmar no rumo oposto, nomeadamente no que toca à responsabilidade do Estado perante a Universidade e o Politécnico e na concepção da rede de ensino superior como um instrumento nacional e não como uma malha de nichos que disputam objectivos em concorrência entre si.



1. O Partido Ecologista “Os Verdes” entende que o RJIES deu passos muito negativos a nível de desresponsabilização pública do Estado face ao Ensino Superior. Uma das facetas dessa reforma foi a criação da figura de fundações em regime de direito privado para as Universidades. Para além de levar às últimas instâncias a ideia de obrigar essas instituições a gerar receitas próprias desvirtuando aquele que deveria ser o seu fim (investigação e docência), afecta a sua autonomia (designadamente através do conselho de curadores). Naturalmente que estamos disponíveis para analisar a hipótese de reverter esse, como outros aspectos do regime.



Avaliação do Desempenho

1. O Partido entende dever a avaliação dos docentes do ensino superior, para efeitos de mudança de posicionamento

remuneratório, continuar dependente de regulamentos aprovados em cada instituição, ou defende que deverá haver uma regulamentação comum, aprovada a nível governamental, sem prejuízo da consideração das especificidades locais e a nível de cada área disciplinar e de cada categoria (neste último caso que matérias entendem deverem ser reguladas centralmente e em que sentido)?



1. Dentro da lógica de autonomia que o PSD entende dever ser conferida às Instituições de Ensino Superior, julgamos ser adequado que cada uma possa construir, do ponto de vista operacional, as soluções que entenda mais adequadas para suportar mecanismos de avaliação de desempenho dos seus docentes. Mas compete ao Estado, isso sim, explicitar os objectivos pretendidos com tais mecanismos, que só podem ser os de uma contribuição efectiva para a melhoria do Ensino Superior. Apontando linhas gerais suficientemente claras para que as instituições, nas suas práticas, contribuam para esses mesmos objectivos, por um lado, e por outro lado estabelecendo processos de meta-avaliação, direccionados para avaliar a eficácia e eficiência das práticas adoptadas, conduzindo à respectiva revisão. Importa desde logo, face ao que se passa actualmente no terreno, arripiar caminho e evitar que as práticas de avaliação de desempenho dos docentes se convertam essencialmente num pesado, relativamente inútil, desnecessariamente formatado e complexo exercício universal de índole sobretudo burocrática e administrativa, que não encontra paralelo nem noutros países nem nas melhores Instituições de Ensino Superior a nível internacional. Compete ao Estado dinamizar as alterações necessárias e fazer a pedagogia que se impõe no sentido de as práticas de avaliação de desempenho evoluírem rapidamente, numa óptica de diálogo com as instituições, no sentido de se tornarem mais simples, menos pré-formatadas e realmente direccionadas para o alinhamento de comportamentos

com a estratégia da instituição e a melhoria efectiva do Ensino Superior, o que está ainda longe de suceder.



1. Defendemos a criação de um modelo consistente e pragmático para a avaliação da actividade docente, bem como a avaliação das instituições pelo seu desempenho e não por critérios administrativos, reservando a atribuição do grau de doutor para as instituições que demonstrem possuir, na área científica em causa, quesitos de excelência, em investigação e I&D, nomeadamente.



1. A promoção de categoria é feita, no ensino superior, por via de provas académicas e concurso público. Por isso, quando falamos na progressão horizontal, isto é, dentro da mesma categoria existe vantagem em termos um regulamento central simples, globalizante, incidindo sobre as áreas da docência, investigação, gestão e extensão, com preponderância para as duas primeiras. Sem prejuízo das especificidades locais e disciplinares, e respeitando a autonomia das instituições, é preciso garantir regras mínimas comuns e evitar a utilização da promoção na carreira como uma ferramenta de mera contenção de custos.



1. O PCP opôs-se ao ECDU e ECPDESP e continuará a afirmar a necessidade de revisão urgente destes instrumentos legais, nomeadamente no que toca à avaliação de desempenho. A metodologia e o critério devem ser determinados em sede de Estatuto de Carreira, por via de negociação sindical e não deixada no âmbito de cada instituição, pesem embora as especificidades ajustáveis que se revelem necessárias.



1. O PEV entende haver vantagem na

existência de um núcleo regulamentar comum a todos os docentes do ensino superior, sem prejuízo da autonomia das instituições, o qual deverá, nesse sentido, ser estabelecido a nível do Governo e incluir matérias como os objectivos a prosseguir pela avaliação (resolução de dificuldades e melhoria do desempenho), consequências da avaliação, critérios mínimos (qualidade científica e pedagógica na docência, qualidade e quantidade na investigação, ponderação com os meios e oportunidades ao dispor do docente).



Investigadores contratados ao abrigo dos programas Ciência

1. A larga maioria dos contratos a termo certo estabelecidos com estes investigadores vão terminar durante a próxima legislatura. Que opinião tem o Partido quanto à situação laboral de precariedade destes investigadores? Acha o Partido que deverão ser abertos concursos que permitam a conversão desses contratos em vagas da carreira de investigação científica ou das carreiras docentes do ensino superior?



1. O PSD entende que é necessário proceder a alterações de fundo nos Estatutos da Carreira Docente e de Investigação, uma vez que o governo socialista acabou por não tocar em aspectos que são centrais numa visão contemporânea do Ensino Superior, tanto na vertente pedagógica como na de investigação, mas sobretudo naquilo que se pode e deve esperar dos docentes especialmente vocacionados para contribuir, de forma igualmente válida, através de actividades de inovação, transferência do conhecimento, interacção com

a sociedade, empreendedorismo e “empreendedorismo”. Ao mesmo tempo que são facilitados mecanismos de mobilidade entre instituições e revistos os mecanismos de avaliação do desempenho. É dentro deste contexto mais geral que perspectivamos um eventual enquadramento futuro, com estabilidade reforçada, nomeadamente quanto a investigadores contratados ao abrigo de diferentes programas de promoção da actividade científica. Mas nunca dentro de qualquer pressuposto de automatismo de progressão, uma vez que tal deve decorrer sobretudo da abertura de concursos de recrutamento de docentes e investigadores, numa base competitiva, de acordo com as prioridades de evolução assumidas pelas diferentes Instituições de Ensino Superior e respectivas unidades ou centros de investigação, dentro da sua própria autonomia de recrutamento e gestão de recursos humanos altamente qualificados.



1. Defendemos a redefinição das regras de financiamento dos concursos de projectos e de bolsas, a fim de as tornar claras, transparentes, justas, que valorizem o mérito e permitam a concretização de novas propostas científicas dos jovens investigadores, de forma a aumentar competitividade da ciência em Portugal.

Nesse sentido é necessário promover a sustentabilidade do trabalho dos jovens investigadores, razão pela qual consideramos ser de avaliar a celebração de contratos de trabalho a tempo certo com as instituições onde se concretiza o trabalho, como forma de fixação de cérebros.



1. O desenvolvimento da investigação científica em Portugal tem-se feito, em grande medida, à custa da precariedade das condições sociais e laborais dos investigadores. É verdade que cresceram os recursos financeiros, o número de unidades de investigação e o pessoal científico qualificado. A existência de um contingente significativo de pessoas altamente qualificadas é o nosso principal recurso para transformar a economia e responder às encruzilhadas da sociedade.

O Bloco propôs por isso um novo regime para os bolseiros de investigação científica, que assentava num sistema misto: bolsa apenas no caso de investigação enquadrada num projecto para atribuição de um grau (doutoramento) e apenas durante a fase predominantemente curricular (o primeiro ano, no caso dos doutoramentos com formato Bolonha); contrato de trabalho, pelo período em que se desenvolva a actividade de investigação, nos restantes anos e em todos os casos em que falamos de trabalhadores científicos que desempenham funções no quadro de projectos, sejam funções mais científicas ou mais técnicas. Isso permitira garantir um conjunto de direitos, nomeadamente em termos de protecção social (no desemprego, na carreira contributiva, na maternidade, entre outros) essenciais e de que estes trabalhadores se têm visto privados.

Por outro lado, é preciso que exista efectivamente uma carreira pública de investigação, que está na prática fechada. Nesse sentido, a possibilidade de converter os contratos ao abrigo do programa Ciência em contratos enquadrados na carreira de investigação faz todo o sentido. O mesmo se aplica em grande parte às pessoas que fazem hoje pós-doutoramentos, nomeadamente aqueles investigadores essenciais para o prosseguimento de linhas e de projectos de investigação, e cujas condições salariais e contratuais ficam muito aquém do que seria exigível.

Por último, a promoção do emprego científico no sector privado passa também pela discussão das políticas públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que devem ser orientadas para uma transformação no modelo económico que privilegie o trabalho qualificado e a especialização como vantagem competitiva, e não a redução dos custos com o factor trabalho, por via de salários cada vez mais baixos ou do corte nas várias formas de salário indirecto.



1. A forma como este Governo aumentou o número de investigadores a trabalhar no Sistema Científico e Técnico Nacional, além de não se traduzir nos números apresentados como propaganda, também não merece a total concordância do PCP. Os quadros de investigação das instituições portuguesas, principalmente no sub-sector Estado, estão bastante aquém das necessidades reais do país. A abertura dos programas Ciência não suprimiu nem de longe nem de perto essas necessidades e criou um novo impasse no que toca ao recrutamento de recursos humanos altamente qualificados. Por um lado foram utilizados como impedimento à medida que seria efectivamente necessária: a abertura de vagas a concurso no Ensino Superior e Laboratórios de Estado, por outro vieram funcionar como factor de ampliação da precariedade laboral no SCTN, acrescentando aos milhares de bolseiros que já hoje desempenham o papel de investigadores.

A forma como esses actuais contratos, e bolsas da FCT, se poderão ou não converter em vagas a concurso ou a contratos de trabalho sem termo é uma questão candente da política de C&T nacional e terá de ser negociada com os próprios e suas estruturas representativas, colocando o PCP a hipótese de poderem ser criados regimes excepcionais de ingresso na carreira, à semelhança do que o PCP defendeu para os docentes do Ensino Superior, principalmente para os leitores e professores do politécnico.



1. A actividade de Investigação Científica deve ser devidamente valorizada pelo que representa em termos de evolução científica, progresso

do conhecimento, reconhecimento internacional e desenvolvimento tecnológico. Tal implica valorização dos profissionais que se dedicam a I&D com a actualização das suas remunerações, abertura de concursos e o fim da situação de precariedade dos bolseiros que representam “falsos recibos verdes” de investigação por desenvolverem trabalho e colmatarem necessidades permanentes das instituições onde trabalham.

Defender a Constituição da República e uma das mais significativas conquistas de Abril

Defender a Escola Pública

Por iniciativa da FENPROF constituiu-se, este ano lectivo a Plataforma da Educação que integra diversas organizações dos diversos corpos sociais da Escola (professores, pessoal não docente, pais e encarregados de educação, psicólogos educacionais e inspectores de ensino, estudantes do ensino secundário...).

Esta Plataforma, para além da promoção de um Manifesto que será entregue, durante a campanha eleitoral, aos Partidos Políticos com assento parlamentar, a quem já foram pedidas audiências para o efeito, organizou diversas iniciativas de recolha de assinaturas de apoio ao Manifesto. O Encontro de 23 de Maio, em Lisboa, na Escola Secundária Camões, insere-se no conjunto de iniciativas de elevado significado político que realizou.

Uma iniciativa que colocou na agenda política o problema da escola pública e da defesa dos serviços públicos, apresentando uma alternativa válida à imposição de mais privatizações e de alienação progressiva do património educativo e cultural do país.

A defesa de algumas teses, da direita neo-liberal, de que o futuro da educação passa pela sua privatização e pelo alargamento das responsabilidades do estado ao desenvolvimento do ensino privado, não reside numa necessidade efectiva, mas sim numa orientação programática profundamente negativa que assenta na tese de menor Estado para fazer face ao desequilíbrio das contas públicas. Premissa tão falsa quanto perigosa, cuja adopção noutras fronteiras levou a crises na área da Educação ainda hoje difíceis de ultrapassar. | LUIS LOBO ●

O debate necessário sobre a Escola Pública

23 Maio 2011 | Lisboa

Escola Secundária de Camões (Praça José Fontana)

Este é um momento muito importante para decidir o futuro do país.

As políticas que têm vindo a ser desenvolvidas não têm promovido os serviços públicos de qualidade.

A “troika” UE/BCE/FMI pretende impor medidas que os fragilizam ainda mais e, quanto ao futuro... é esse o debate que está em cima da mesa, agora na vertente Educação.

Programa

10h00 | Abertura dos trabalhos

10h15 | Painele 1:

“A Escola Pública faz a diferença!”

Intervenientes: *Almerindo Janela Afonso* (Universidade do Minho); *José Calçada* (Inspector de Educação); *Carlos Braga* (Movimento de Utentes de Serviços Públicos); *Maria José Viseu* (Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação). Debate.

12h30 | Intervalo para almoço

14h30 | Painele 2:

“Na hora de decidir o futuro, o que defendem os partidos políticos”

Intervenientes: Todos os partidos com representação parlamentar. Debate.

17h30 | Encerramento dos trabalhos



INVESTIR NA EDUCAÇÃO
DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA!

Participa! Dá a tua opinião, coloca as tuas dúvidas, contribui para o esclarecimento.



Contra a recessão, outro rumo é possível

Os dados agora divulgados pelo INE e as projecções da Comissão Europeia confirmam que Portugal entrou em recessão económica.

A quebra do PIB em 0,7% no 1º trimestre deste ano, é o resultado directo das medidas do Orçamento de Estado para 2011, que levaram ao aprofundamento da degradação da procura interna e da redução do investimento.

Tal como a CGTP-IN alertou, esta redução não aconteceu por acaso ou fatalidade.

Os cortes nos salários, o congelamento de pensões e a redução e/ou a retirada de prestações sociais tiveram como consequência a diminuição significativa do poder de compra da generalidade da população, dando assim um forte contributo para a quebra da riqueza produzida no país, para o definhamento do sector produtivo, com evidentes repercussões no aumento do desemprego, destaca a Intersindical.

“Acordo” agrava problemas da economia

Os dados agora divulgados, quer aqueles que respeitam ao comportamento recente

da economia, quer os que perspectivam os próximos anos, não deixam dúvidas quanto às consequências com que os portugueses se debateriam caso as medidas do “Acordo” do FMI/UE/BCE com o Governo do PS, o PSD e o CDS fossem concretizadas, como alerta a Central.

Tais medidas levariam:

- A uma quebra do PIB superior a 4% no final de 2012, acentuando assim a fragilidade do tecido produtivo e aumentado a dependência externa, ao mesmo tempo que o fosso entre Portugal e a média da UE se ampliava;

- A redução do consumo privado em mais de 8,2% com implicações na degradação das condições de vida da generalidade dos portugueses;

- A uma redução de 11% do consumo público, acentuando a desresponsabilização do Estado na economia, nomeadamente na garantia das respectivas funções sociais;

- Ao aprofundamento da quebra do investimento em mais 17%, pondo em causa a dinamização e revitalização do tecido económico e do desenvolvimento do país;

- A uma subida do desemprego para 13%, já em 2012;

- Ainda a uma redução dos custos reais unitários do trabalho superior a 3,1% em três anos.

Propostas objectivas do movimento sindical

Portugal não está condenado ao aumento da pobreza e das desigualdades sociais.

Em nota recentemente divulgada, a CGTP-IN reafirma a necessidade e urgência de uma mudança de política. Neste contexto impõe-se:

- A reestruturação e renegociação da dívida externa, a par de um alargamento do prazo para redução do défice das contas públicas, de forma a possibilitar condições para o crescimento da economia;



Professores e educadores nas acções do 1º de Maio em todo o país

Porque o tempo não é de silêncios, mas de protestos, professores e educadores, respondendo ao apelo da FENPROF e dos seus Sindicatos, estiveram nas jornadas do 1º de Maio, realizadas em todo o país por iniciativa da CGTP-IN. Como sucedeu em Lisboa, o tempo não ajudou, mas a mensagem dos trabalhadores portugueses fez-se ouvir nas manifestações e concentrações organizadas pela Central, tendo como lema “Contra as injustiças, mudar de políticas”.

- Uma aposta efectiva no sector produtivo, indispensável para a resposta às necessidades do mercado interno, com a consequente redução das importações e do endividamento externo;

- A melhoria do poder de compra dos salários e das pensões para dinamizar a actividade económica, criar mais e melhor emprego e responder às necessidades e anseios da generalidade da população portuguesa;

- O alargamento da protecção social, num quadro em que não pára de aumentar o número de portugueses que desta necessitam;

- A valorização da Administração Pública, enquanto garante das funções sociais do Estado e a revitalização do Sector Empresarial do Estado, como garante de importantes serviços públicos.

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Em perspectiva, redução drástica na rede horária

CARLOS PATO (Secretário Geral do SPEF)

Por informações que têm vindo a ser recolhidas pelo SPE junto do Instituto Camões, importa informar os professores a trabalhar no Ensino Português no Estrangeiro do desenrolar do processo de organização do próximo ano lectivo.

Em primeiro lugar, nenhum horário foi ainda homologado pelo simples facto de, segundo informação não confirmada oficialmente, ter somente reunido o Conselho Estratégico. Como é do conhecimento de todos os professores, o despacho que define a rede horária aprovada, carece do acordo dos três ministérios envolvidos, o que ainda não se efectivou.

Tal situação levou a que o SPE/FENPROF não se tivesse ainda manifestado publicamente dado não estar na posse de elementos que permitissem uma informação credível.

Como tal, é extemporâneo falar de horários homologados. Além disso, os mesmos horários foram elaborados, estruturados e reajustados às realidades existentes em cada área consular e enviados ao ICA pelas diferentes Coordenações, para que merecessem o tratamento necessário por parte deste instituto tutelar. As Coordenações, por mais directamente ligadas ao processo terão já fornecido os estudos prévios das respectivas redes e as mesmas servirão de base de trabalho ao Instituto Camões.

O SPE/FENPROF tem mantido um contacto permanente com o ICA, no sentido de encontrar um entendimento, de molde a permitir o máximo de horários que permita aos professores manter os seus postos de trabalho.

Sabemos que decorreu o processo de apresentação da auto-avaliação e que agora o processo desenrolar-se-á conforme o Regulamento Interno de Avaliação. Não é linear que, após se ter conseguido a manutenção do horário, que o mesmo seja atribuído ao professor se, por qualquer motivo, a avaliação não permitir, no mínimo o Bom, conforme consta do nosso Regime Jurídico.

O SPE/FENPROF tem ainda conhecimento que a rede, conforme foi ventilado em comunicado anterior, sofrerá um emagrecimento, resultante dos cortes orçamentais e das restrições impostas pelo Orçamento de Estado, para já não falar no programa que hoje foi apresentado, sobre a ajuda externa a Portugal.

O SPE/FENPROF não pode adiantar o número exacto de horários que serão eventualmente eliminados, tendo somente a possibilidade de informar que a referida extinção se reflectirá, essencialmente, nos horários que foram libertados por

aposentação, declaração de não continuar no EPE ou morte do titular do código horário. Eventualmente, poderá surgir um caso pontual que, por reajuste efectuado pela Coordenação de Ensino, poderá ser extinto ou reduzido.

Terá ainda reflexos negativos nos horários que, já no decorrer deste ano lectivo, foram atribuídos à contratação local.

O SPE/FENPROF manifesta a maior inquietação por todas estas situações criadas e tem procurado junto do ICA e da Secretaria de Estado das Comunidades, minimizar os efeitos negativos que terão sérios impactos na vida dos professores atingidos.

Em relação à contingentação dos cursos, 15 e 20 ou mais alunos, o SPE obteve que, os créditos horários negociados seriam mantidos, ou seja, 15 alunos, três horas semanais; 20 ou 21 alunos, quatro horas semanais.

O perfil traçado para a rede não é, de forma alguma, animador adiantando o ICA que a intenção é a racionalização dos efectivos e dos recursos económicos empregues, através da fusão de cursos e redução nas despesas de deslocação para e inter-cursos.

O SPE/FENPROF tudo tem feito no sentido da manutenção dos actuais postos de trabalho o que, em parte, tem conseguido. Não podemos concordar com a redução que está a ser posta em prática, mas não encontramos meios alternativos para que estes cortes não sejam uma realidade num futuro próximo.

“
O SPE/FENPROF tudo tem feito no sentido da manutenção dos actuais postos de trabalho o que, em parte, tem conseguido



INTERNACIONAL

Sahara Ocidental: CGTP-IN apoia esforços da ONU



A CGTP-IN tem, ao longo dos anos, condenado a prolongada ocupação do Sahara Ocidental pelas autoridades marroquinas, bem como a ausência de liberdades políticas, sociais e sindicais da população e dos trabalhadores sarauí, submetidos à repressão das forças militares e policiais de Marrocos.

A Central tem reiteradamente expressado a sua solidariedade com o povo sarauí e exigido que seja respeitado o seu direito à autodeterminação através da realização de um referendo, conforme diversas resoluções da ONU, continuadamente desrespeitadas pelas autoridades de Rabat.

No momento em que a ONU desenvolve uma nova ronda de esforços para tentar encontrar uma solução pacífica e justa através desse referendo, que garanta a autodeterminação do povo sarauí, a CGTP-IN apoia esses esforços, particularmente os levados a cabo pelo Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban Ki-moon e pelo seu enviado pessoal ao Sahara Ocidental, Sr. Christopher Ross.

A CGTP-IN exige, ainda, que o regime marroquino respeite integralmente os direitos humanos e laborais nos territórios ocupados do Sahara Ocidental.

10º Congresso dos Professores da Madeira definiu linhas de trabalho para os próximos três anos

Profundamente ligado aos professores e às escolas



Mais de quinze horas de trabalho em plenário, três painéis temáticos de debate, duas conferências (uma na abertura, outra no encerramento) e uma moção de orientação para o triénio 2011/2014 aprovada pelos cerca de 400 delegados, evidenciando uma profunda ligação à realidade das escolas e às actuais preocupações dos docentes da região – este é o balanço (muito resumido) do 10º Congresso do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), que decorreu na cidade do Funchal.

Com o lema “Ser professor, num tempo e numa escola de incertezas”, a assembleia magna do SPM esteve reunida nos dias 6 e 7 de Maio no CS Madeira, tendo abordado as questões do ECD e do regime de avaliação de desempenho docente, gestão e direcção dos estabelecimentos de ensino e educação, horários de trabalho, aprendizagens dos alunos, condições das escolas, entre outras matérias de viva actualidade, incluindo naturalmente a situação económica e social do país.

Inquietações a propósito de gestão, liderança e ética na escola; aprendizagens, disciplina e limites em educação; e potencialidades e limitações na avaliação educacional: um debate necessário, foram os temas centrais dos três painéis que se destacaram na programação deste 10º Congresso do SPM, sindicato que integra a Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

Investigadores e docentes das Universidades de Santiago de Compostela (Caride Gomez), Católica/Porto (Isabel Baptista), São Paulo (Celso Vasconcelos), Porto (Rui Trindade e Ariana Cosme) e Lisboa (Domingos Fernandes) dinamizaram aqueles painéis, marcados pela riqueza das comunicações e pelo interesse manifestado pela assistência.

Outro investigador, António Teodoro,

da Universidade Lusófona (Lisboa), teve a seu cargo a conferência de abertura, subordinada exactamente ao lema deste 10º Congresso, que aprovou dois documentos de grande significado para o trabalho do SPM: o relatório de actividades do Sindicato entre 2008 e 2011 (aprovado por maioria, apenas com uma abstenção) e a moção de orientação para o triénio 2011/2014 (aprovada por unanimidade), onde são definidas as principais linhas de trabalho para o futuro, que começa amanhã nas escolas da Região.

Os momentos finais da reunião magna do SPM, já na tarde de sábado, 7 de Maio, foram marcados pela conferência de Ana Benavente (“Ser professor entre ruídos e silêncios: escola e conhecimento no século XXI”) e pelas intervenções de

João Cunha Serra, docente universitário e Presidente do Conselho Nacional da FENPROF (órgão máximo da Federação entre Congressos); Manuel Carvalho da Silva, Secretário Geral da CGTP-IN; e Paulo Cafôfo, Vice-Coordenador do Sindicato dos Professores da Madeira.

Irineu Barreto, Representante da República para a Região Autónoma da Madeira, esteve representado por Margarida Camacho na sessão de encerramento do 10º Congresso dos Professores da Madeira.

A sala do 10º Congresso transformou-se, à noite, em espaço de harmonia musical com um espectáculo de grande qualidade: “Acordar! Cordas, Acordos e Outros Despertares...”, pelo Quinteto a Plectro «Giuseppe Anedda». | NS e JPO ●

FENPROF realizou reunião nacional com professores contratados

Aproveitando a interrupção lectiva, a FENPROF promoveu, a 15 de Abril, uma reunião nacional com comissões e professores contratados dos diferentes sindicatos da Federação.

A discussão teve duas vertentes principais: a gravíssima eliminação de horários de trabalho docente que o Governo quer fazer para o próximo ano lectivo, visando a retirada de milhares de professores às escolas; a necessidade de aprofundar a intervenção e a luta dos professores, em

particular dos contratados, de forma a dificultar e contrariar as intenções do Governo.

As medidas já conhecidas para eliminar postos de trabalho anunciam o afastamento maciço de professores a partir de Setembro. As fragilidades decorrentes da precariedade injustamente imposta a milhares de professores contratados, mesmo aos que já têm muitos anos de serviço, tornam-nos no alvo mais fácil das opções políticas comungadas entre o Governo, o partido que o suporta e outras forças políticas que, no fundamental, seguem o mesmo rumo. ●

Avaliação

Adiamento da resolução do problema prejudica as escolas

A propósito do Acórdão (29/04/2011) proferido pelo Tribunal Constitucional, que inviabilizou a suspensão da avaliação de desempenho dos docentes, obrigando as escolas a prosseguir até final do ano lectivo com procedimentos que dificultarão o seu normal funcionamento, a FENPROF divulgou uma nota de imprensa em que chama a atenção para os seguintes aspectos:

1. Não pondo em causa a legitimidade, quicá a obrigação de Cavaco Silva, de requerer a fiscalização da constitucionalidade da lei aprovada pela Assembleia da República, é, no mínimo estranho, que o Presidente da República não tenha requerido a mesma fiscalização preventiva quando, sem negociar com os Sindicatos, tal como é obrigatório, foram aprovadas leis que determinaram roubos nos salários dos trabalhadores da Administração Pública e o congelamento das carreiras, incluindo as docentes;

2. É estranho (e curioso!) que o acórdão do Tribunal Constitucional considere que houve intromissão da Assembleia da República nos poderes do Governo e, simultaneamente, considere existir o “primado legislativo da Assembleia da República e os seus poderes de fiscalização dos actos do Governo e da Administração”.

3. Fica claro que, só por razões estritamente formais, não é suspensa a avaliação de desempenho, pois no que concerne aos conteúdos, o TC não declarou inconstitucional a norma constante no artigo 2.º do decreto da Assembleia da República (aplicação de um regime transitório e simplificado até final do ano em curso), cuja aplicação, contudo, fica desta forma comprometida por força da inconstitucionalidade dos outros artigos, não podendo, por si só, sobreviver às restantes inconstitucionalidades;

4. Isto significa que seria justíssima a suspensão da avaliação de desempenho e sua substituição pelo regime de “apreciação intercalar”, tal como foi decidido por todos os grupos parlamentares, com excepção do PS para quem a defesa do actual modelo de avaliação de desempenho dos professores já se situa na esfera da irracionalidade!

5. De facto, conscientes dos problemas que as escolas vivem com a aplicação desta avaliação e sensibilizados pelas centenas de posições que têm vindo a ser aprovadas pelos professores, CDS, PSD, PCP, PEV e BE uniram-se para votarem o que era justo e adequado: a suspensão, este ano, desta avaliação, aprovando um regime transitório e apontando para a aprovação de um novo modelo de avaliação. O PS, isolado, votou

contra, satisfazendo, assim, a teimosia de José Sócrates; Cavaco Silva, que sempre revelou simpatia por este modelo criado por Lurdes Rodrigues, fez o que estava ao seu alcance para inviabilizar a sua aplicação;

6. Prosseguir, neste terceiro período, com a avaliação nas escolas, será criar-lhes problemas ainda maiores e focos acrescidos de confusão e conflitualidade que não contribuirão para a tranquilidade que estas e os alunos, neste momento, necessitam, pelo que poderiam e deveriam ser evitados. Compete ainda afirmar que o actual modelo de avaliação não tem aplicação, razão por que ele se desenvolve num quadro de ilegalidades que o ME, por circular ou simples informação às escolas, tem vindo a impor. Destas situações decorrem processos em tribunal e na Provedoria de Justiça;

A FENPROF com os professores continuará a combater este modelo de avaliação:

a) Durante o mês de Maio apresentará um modelo alternativo de avaliação, cuja matriz já aprovou e vai agora colocar à discussão dos professores;

b) Continuará a apoiar todos os professores, designadamente no plano jurídico, que se sintam vítimas das ilegalidades, arbitrariedades e abusos que, neste domínio, sobre si venham a ser cometidos;

c) Denunciará publicamente todas as situações de abuso que venham a ser cometidas nas escolas;

d) Exigirá conhecer as propostas que, sobre avaliação de desempenho, os partidos candidatos às eleições de 5 de Junho têm para apresentar aos professores e divulgar-las-á amplamente para que os docentes possam, de forma ainda mais consciente, fazer a sua opção de voto;

e) Lutando, em todos os momentos, contra um modelo execrável e desqualificado de avaliação que foi criado e prosseguido pelos governos do PS e José Sócrates. No próximo 1.º de Maio e demais acções e lutas que tiverem lugar, esta será matéria que a FENPROF colocará na primeira linha das suas reivindicações. ●



NO ALVO

Se não resistirmos, a caravana neoliberal avançará imparável...

No negro panorama das novas medidas de austeridade aprovadas após negociação/imposição entre a chamada troika (FMI, BCE e UE) e o governo PS, com o apoio do PSD e do CDS, o que salta à vista é que os executores da cartilha neoliberal fizeram o mal (porque geraram a crise); fizeram a caramunha (porque a imputaram a outros, em particular a nós, sindicatos) e ainda, o que é aparentemente paradoxal, estão a tirar proveito da situação que criaram para aprofundar a concretização dos seus objectivos, o principal dos quais é a eliminação ou o enfraquecimento do Estado Social, com a privatização das suas funções e a sua submissão às leis do mercado.

Neste quadro, resistir é preciso e nunca é demais afirmá-lo e praticá-lo. Se não resistirmos, a caravana neoliberal avançará imparável, trucidando tudo e todos, no seu caminho acelerado.

Mas essa resistência será menos eficaz para travar o andamento dessa sinistra caravana se não for acompanhada por alternativas credíveis, com correspondência nas acções a desenvolver, que sejam mobilizadoras, capazes de construir a força que faça crescer a esperança de se conseguir reverter a correlação de forças actual a nosso favor.

Sem isso, o sentimento de inevitabilidade da direcção para onde essa caravana marcha, dominará e acabará por limitar a eficácia da resistência. ●

João Cunha Serra

É professor e gosta de viajar?

A troca de casas é a melhor solução!

Imagine-se a passar umas férias num local de sonho, em qualquer parte do mundo, e sem pagar alojamento, parece um sonho mas está ao seu alcance. Tudo isto é possível graças ao sistema troca de casas disponível na Internet.

A troca de casa é um sistema que permite umas férias bem diferentes das que se vivem num hotel. Ganha-se em vivência, poupa-se nas refeições feitas em casa e na conta do hotel e até no aluguer do carro. Despesas só mesmo com a viagem, para isso, basta inscrever a sua casa no site TrocaCasa.com, onde pode colocar fotografias, informações básicas sobre a casa, vizinhança e o seu destino preferido para as férias, dados que ficam à disposição de milhares de pessoas como você, em todo o mundo, interessadas em trocar de casa. Pessoas aventureiras acima de tudo, ao todo mais de 40 mil em mais de 140 países que realizam mais de 250.000 trocas por ano. Medo ou receios são rapidamente dissipados, é uma questão de espírito de aventura, economia de custos e aceitar dar em troca aquilo que recebe.

Isabel Ferreira e Helena Santos, ambas professoras, já realizaram mais de dez trocas de casa desde 2006, altura em que aderiram ao site TrocaCasa.com. "E muitas mais trocas teríamos feito se mais tempo houvesse, problemas mesmo só com as múltiplas opções de destino à escolha ou em aceitar inúmeras propostas de troca".

Helena Santos costuma sair para férias com o marido e os dois filhos "com esta modalidade podemos viajar com uma bagagem mais pequena e despreocupados com a casa, ao contrário do turismo tradicional. Sabemos antecipadamente com o que podemos contar na casa do nosso parceiro de troca. Além disso, na nossa ausência, a casa fica segura e cuidada. O mesmo se aplica em relação a plantas ou animais de estimação, qualquer um de nós se encarregará se for necessário e o mesmo se aplica ao nosso parceiro de troca, claro que tudo isto é combinado previamente".

Isabel Ferreira não receia porque "apesar de algumas dúvidas iniciais e após várias trocas encantadoras, já deu para perceber o espírito das pessoas que utilizam este sistema para fazer férias. Tudo é planeado ao pormenor. Antes de chegarmos ao acordo final com a família de intercâmbio, trocamos vários e-mails e até algumas fotos e sempre que necessário, também,

falamos por telefone de modo a que não haja equívocos. Claro que depois de tudo isto se não sentisse uma ligação, não o faria".

Mesmo em tempo de crise pode continuar a fazer férias... basta fazer uso dos seus recursos pessoais. Não perca tempo, junte-se a outros professores que já estão a descobrir todos os benefícios que uma troca de casas para férias lhe pode proporcionar! Como professor, tem mais apetência para viajar que a maioria das pessoas e através desta modalidade pode procurar, identificar e contactar, por e-mail, mais de 40 mil membros em qualquer lugar do globo. ●

Para mais informações:

E-mail: antonio@trocacasa.com
Telm.: (+ 351) 96 80 40 353



Prof. Isabel Ferreira e Octávio Ferreira



Prof. Helena Santos e família de saída da casa de troca em Montréal, Canadá (Agosto 2008)



Sovereign Island (Gold Coast), Austrália

culturais

FOTOGRAFIA

Timor Olhos nos Olhos 19 fotografias de João Paulo Coutinho



Cada fotografia contém uma história de vida, é um momento no espaço e no tempo que ficou para sempre congelado, preservado para memória futura. Olhando para esse momento, estamos a fazer uma curta viagem no tempo, olhamos para o que já não é, mas já foi.

A magia de um sorriso e de um olhar não se conta em palavras nem se descreve num texto, descobre-se olhando para estes rostos, sorrisos e expressões. O que eles nos contam está lá, basta ler nas entrelinhas que o tempo lentamente lhes foi gravando no rosto. Resta-nos tentar descobrir o mistério por trás de cada face, de cada rosto. Olhos nos olhos...

João Paulo Coutinho nasceu no Porto. Na juventude colaborou em diversos jornais, mas já estava a cursar Direito, quando frequentou um curso no Centro de Formação de Jornalistas e a sua vida mudou. Convidado a ingressar na Gazeta dos Desportos, iniciou uma carreira de 20 anos de fotojornalismo, com preferência pelos temas sociais e pelo preto e branco, destacando-se a passagem pelo Diário de Notícias e pelo Jornal de Notícias e a colaboração com *A Página da Educação*. | JPO ●

Galeria Colorfoto
Rua Sá da Bandeira, 526 – Porto
13 de Maio a 17 de Junho

TEATRO FITEI 2011 34ª edição

Na sua 34ª edição, o FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, a decorrer de 27 de Maio a 5 de Junho de 2011, volta a trazer aos palcos do Porto e Matosinhos algumas das mais recentes criações que cruzam o universo de expressão ibérica, atravessando uma grande diversidade de géneros e propostas estéticas e apostando no panorama contemporâneo das artes do palco.

A par da apresentação de algumas das peças mais premiadas no decorrer do último ano, no universo das línguas ibéricas, o FITEI dá este ano um especial destaque às mais recentes estruturas teatrais da cidade do Porto que nos últimos anos têm desenvolvido um trabalho importante no panorama actual do teatro em Portugal.

A abertura deste ano vai fazer-se com um espectáculo de dança vertical intitulado

"Pala Pala", que terá lugar na fachada do Centro Português de Fotografia (antiga Cadeia da Relação do Porto).

A Loja FITEI irá funcionar entre 20 de Maio e 5 de Junho, na Rua Cândido dos Reis, N.º 70, Porto, e disponibilizará venda de bilhetes para os espectáculos assim como a possibilidade de aquisição da Assinatura FITEI (pacote de seis espectáculos à escolha).

Ouro e prata para a imagem do FITEI 2010

O poster e o programa do FITEI 2010, concebidos pelo atelier Pacífica, foram recentemente distinguidos com os prémios Ouro e Prata, respectivamente, na categoria Design Editorial, no 13º Festival do Clube de Criativos de Portugal, CCP.

O FITEI junta, desta forma, estas distinções aos quatro prémios já ganhos pelo



atelier Pacífica no âmbito do trabalho desenvolvido com o Festival: Prémio Prata na categoria Design Gráfico pelo cartaz do FITEI 2008, Prémio Prata na Categoria de Projecto Global, ambos atribuídos no 11º Festival CCP; Prémio Design Briefing para melhor cartaz 2007 e troféu de bronze no 10º Festival CCP. ●

+ INFO www.fitei.com
www.flickr.com/thisispacifica

PINTURA E DESENHO

Trabalhos de Sofia Areal na Cordoaria

"Sim" é o título de uma (oportuna) retrospectiva da pintura e desenho produzida na última década por Sofia Areal. A exposição pode ser visitada até **26 de Junho** na Cordoaria Nacional, em Lisboa. Sofia Areal (n.1960, Lisboa) expõe desde o início da década de 90.

Este certame é produzido pelos Artistas Unidos, grupo com o qual colabora, e comissariado por Emília Ferreira. A exposição funciona na Galeria Torreão Nascente, da Cordoaria Nacional (Av. da Índia), de terça a sexta-feira, das 10h00 às 19h00 e aos sábados e domingos das 14h00 às 19h00. Entrada livre. ●



Xabi Aburruzaga

+ INFO www.intercelticosendim.com

MÚSICA



VII Festival de Música Sacra do Baixo Alentejo

O festival de música sacra é já uma referência na agenda cultural alentejana. A sétima edição, que tem como tema "Peregrinação Interior – Momentos de Espiritualidade na Música Ocidental", só termina a **9 de Julho**. O programa inclui espectáculos, todos com entrada livre, em Castro Verde, Santiago do Cacém e Almodôvar. ●

+ INFO www.patrimoniodiocesbeja.com